

A Ordem de género nas representações e práticas profissionais num programa para autores de violência doméstica contra as mulheres

Mariana Fernandes Távora

Orientadora: Prof. Doutora Dália Costa

Coorientadora: Prof. Doutora Camilla de Magalhães Gomes



Dissertação para obtenção de grau de Mestre

Em Família e Género

Lisboa

2019

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

A ordem de género nas representações e práticas profissionais de um programa para autores de violência doméstica contra as mulheres

Mariana Fernandes Távora

Orientadora: Prof. Doutora Dália Costa

Coorientadora: Prof. Doutora Camilla de Magalhães Gomes

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Família e Género

Júri: Anália Torres, Dália Costa e Maria da Luz Ramos

Presidente:

- Anália Torres

Vogais:

- Dália Costa

- Maria da Luz Ramos

Lisboa

2019

“(…) Poner al alcance de las personas un vocabulário que permita un caminho de interiorización, exponer y hacer accesibles a la mirada y la comprensión das estruturas que movilizam nuestro deseo y nos hacen actuar, significa, estou segura, abrir y mantener en buen estado las vias de acesso al bien. Nada menos radical que esto podrá garantizar una prevención eficaz en términos duradouros”¹.

“Toda história contada é um corpo que pode existir. É uma apropriação de si pela letra-marca de sua passagem pelo mundo. O ponto-final de quem conta nunca é fim, apenas princípio”².

¹ (Segato, 2003, p. 49).

² (Brum, 2014, p. 111).

AGRADECIMENTOS

Foi uma viagem. Cruzei oceanos reais e imaginários mil vezes. Para quem me conhece sabe que o que isso significa: vencer medos, buscando coragem, que não é atributo pessoal, mas construção coletiva. Em tempestades, barcos precisam de equipe. Tenho então uma lista grande de companheiras e companheiros a homenagear.

Em primeiro lugar, este é um trabalho feminino. Escrito por uma mulher, em primeira pessoa, porque “quando falo por mim ou penso por mim, incorporo” as demais à minha genealogia. “Não ando sozinha pelo mundo”³. É, portanto, uma pesquisa orientada por duas mulheres, timoneiras desse barco que iniciou seu trajeto já meio gasto pela idade. À minha orientadora, Dália Costa, minha admiração e agradecimento por me apontar os bons ventos, com segurança, alegria e doçura. A minha coorientadora, Camilla Magalhães, meu muito obrigado por me lembrar de onde parti e onde deveria chegar, um país sul americano, marcado pela opressão de mulheres, que ainda resistem bravamente.

Contei nessa viagem com o melhor aventureiro que já conheci, Fábio, meu companheiro. Um cientista desbravador que me provocou, me ensinou e me ajudou na dura e apaixonante arte da metodologia. Meus filhos João e Dora: esse trabalho é uma tentativa de deixar o mundo de vocês cheio de prosa crítica e reflexiva. Meu quintal é o maior do mundo com vocês!

Meu pai, meu céu, minha mãe, minha terra, obrigada por me oferecerem o mar. Meus irmãos, olho para vocês e vejo que esta coisa de ser generoso ainda vai dar muito certo. Meu sobrinho Luis Felipe, meu colo para os tédios cotidianos da escrita.

Mi, Vania e Washington, que me ensinaram que casas também viajam. Meus amigos Luis, Tani, Cláudia, Miguel, Tiago Gato, Diogo Cão, Gab e Paula: escutem lá, isso aqui é uma poesia para os que plantam flores nos quintais de casas com asas.

Minhas amigas de vida, Bia e Cris, risadas ao pé do Castelo de São Jorge tornaram tudo mais leve. Bia, inspiração para uma vida e escrita menos narcísica. Tiago e Carla, que botaram generosamente a mão na massa pra eu embarcar nessa viagem, meus invernos reais e imaginários ficaram menos cinzas com nossas gargalhadas virtuais.

³ Pinon (2019, p. 7)

Equipe do NAFAVD, obrigada por partilharem comigo suas falas e silêncios. Eu bem sei que lhes impõe desistência, mas vocês são resistência. Ronny, que felicidade ter você ao longo desses dois anos para acolher as angústias oriundas do devir e do porvir dessa pesquisa. Thiago Pierobom e Bruno Amaral, revisores dedicados deste trabalho, sem vocês a chegada seria outra. Amigas do mestrado Família e Género, colegas e amigos de Santa Maria e do Núcleo de Direitos Humanos: esse caminho só foi possível pela generosidade de vocês. Ministério Público do DF, por suas mulheres e homens, eu te agradeço por me dar apoio para ser a promotora de justiça que sou.

RESUMO

Essa dissertação busca compreender um Programa para Autores de Violência (PAV) brasileiro, do Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - na sua formulação teórica (como foi planeado), no plano das representações sociais (como é interpretado) e no plano das práticas profissionais (como é aplicado), à luz de um quadro teórico dos estudos de género. A pesquisa, situada no domínio da sociologia compreensiva, tem como objetivo caracterizar o PAV do NAFAVD a partir do confronto entre um modelo teórico, construído por meio de revisão da literatura sobre os PAV, e as representações e práticas profissionais de 9 profissionais que aplicam o programa no Distrito Federal (DF), Brasil.

Os discursos captados através de entrevista (N=7) indicam um programa assente numa perspetiva teórica sensível ao género, com objetivos amplos (pouco diretivos), usando uma metodologia psicoeducativa, aplicado por profissionais inseridos/as no poder executivo do DF, com fortes relações com o sistema de justiça, que mantém indefinidos o fim, os métodos, procedimentos, e resultados esperados do programa, proporcionando (ou favorecendo) a permeabilidade à ordem de género – patriarcal e promotora da reprodução e persistência de domínio masculino. Apesar disso, a prevenção da violência de género contra as mulheres é procurada através de práticas profissionais de alguns e algumas profissionais com formação na área dos estudos de género e que questionam o sistema de justiça, o poder executivo do DF e o PAV do NAFAVD, desenvolvendo ações resistentes com capacidade transformadora. Os resultados evidenciam que a perspetiva de género, dada pela capacitação, promove uma mudança das suas causas estruturais.

Palavras-chave: Ordem de género; Programa para autores de violência; Violência de género contra as mulheres; Representação social; Brasil.

ABSTRACT

This study intends to understand a Brazilian program for domestic violence perpetrators promoted by the Family and Domestic Violence Perpetrators Attendance Services - concerning its theoretical formulation (as planned), its social representations (as interpreted), and professional practices (as it is applied) using a theoretical gender basis. Using comprehensive sociology it aims to characterize the program applying a theoretical model based on literature review and on social representations and professional practices of 9 professionals running the program in the Federal District (DF), Brazil.

The discourse captured through interviews with 7 professionals reveals a program with a gender-sensitive theoretical perspective, with broad and less directive objectives, using a psychoeducational methodology, conducted by public administration professionals closely connected to criminal courts, leading to an undefined program in reference to its end, methods, procedures and expected results, and providing (or even favoring) permeability to the gender order - patriarchal and reproductive of male dominance.

Some of the professionals with gender training promote better quality prevention programs, debating with the administration, criminal courts and Family and Domestic Violence Perpetrators Attendance Services. They develop resistant actions with transformative capacity. Results show that a gendered perspective by professionals enables the Brazilian program for domestic violence perpetrators to prevent violence against women and to confront its structural causes.

Key words: Gender order; Program to perpetrators of gender violence; Gender violence against women; Social representation; Brazil.

ABREVIATURAS

Departamento Penitenciário Nacional	DEPEN
Distrito Federal	DF
Estados Unidos da América	USA
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	ISCSP
Homens Autores de Violência	HAV
Lei Maria da Penha	LMP
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	MPDFT
Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica	NAFAVD
Organizações da Nações Unidas	ONU
Organização Mundial da Saúde	OMS
Organizações Não Governamentais	ONG
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	PNMP
Programas para Autores de Violência	PAV
Programa para Autor de Violência do NAFAVD	PAV do NAFAVD
Secretaria de Políticas para Mulheres	SPM
Violência Doméstica	VD

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. Género e violência: matrizes de leitura dos programas para autores de violência... ..	5
1.1 Género: uma ferramenta de análise em confluência com outros marcadores.....	5
1.2 Violências contra as mulheres no espaço doméstico	8
1.3 O género e as violências: marcos legais internacionais e brasileiros.....	9
CAPÍTULO 2. Programas para autores de violência doméstica contra as mulheres no Brasil	12
2.1 Os programas para autores de violência: diretrizes internacionais e seus reflexos na realidade brasileira.....	12
2.2 O Programa para Autores de Violência do NAFVD no contexto brasileiro: uma política local <i>flutuante</i>	15
CAPÍTULO 3. Os Programas para Autores de Violência Doméstica contra mulheres: origens, marcos teóricos, metodologias e avaliação.....	19
3.1 A origem dos Programas para Autores de Violência Doméstica contra Mulheres.....	19
3.2 Perspectivas teóricas dos PAV: predominância de abordagens feministas	20
3.3 Metodologias dos PAV: inconsistência permeável a subjetividades	22
3.4 Objetivos dos PAV: entre a reabilitação dos autores e a desconstrução das bases que reproduzem a desigualdade de género.....	25
3.5 Estudos de avaliação dos PAV: o estado da arte	26
CAPÍTULO 4. Representações e Práticas profissionais.....	30
4.1 Representação social e processos de objetivação e ancoragem	30
4.2 Das representações às práticas profissionais.....	31
CAPÍTULO 5. Opções metodológicas: um olhar compreensivo do PAV do NAFVD.....	33
CAPÍTULO 6. Discussão de resultados: O PAV do NAFVD no discurso de suas atrizes e seus atores.....	37
6.1 Dimensões, categorias e indicadores do PAV do NAFVD: construção de um modelo teórico a partir de um tipo ideal.....	37
6.2 Entre representações e práticas profissionais: influências da ordem de género.....	49
6.3 Ultrapassando obstáculos: ações transformadoras	59
CONCLUSÃO.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	65
ANEXOS	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões do autor da violência a partir das relações de género. Fonte: elaboração própria (Beiras, 2012, Connel & Pearse, 2015; Scott, 2019).	15
Figura 2 - A diversidade de paradigmas de entendimento do social. Fonte: Adaptado de Guerra (2006)	31
Figura 3 - Modelo de Análise: A ordem de género nas representações e práticas profissionais do PAV do NAFVD	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Modelo teórico dos Programas para autores de violência.	38
Tabela 2 - Análise da Perspetiva Teórica do PAV do NAFVD	39
Tabela 3 - Análise da metodologia do PAV do NAFVD	40
Tabela 4 - Análise dos objetivos do PAV do NAFVD.....	42
Tabela 5 - Análise das partes envolvidas do PAV do NAFVD.....	45
Tabela 6 - Análise das técnicas de aplicação do PAV: encaminhamento	46
Tabela 7 - Análise das técnicas de aplicação do PAV do NAFVD (convocação, encontros e avaliação).....	48
Tabela 8 - Modelo teórico do PAV do NAFVD.....	49

ANEXOS

1. Tabela organizadora do Guião utilizado como pré-teste
2. Guião da entrevista estruturada autoadministrada (para os/as informantes privilegiadas/os)
3. Guião da entrevista estruturada autoadministrada (para os/as informantes identificados/as a partir de um procedimento de amostragem em bola de neve)
4. Guião da entrevista semiestruturada (para os/as informantes privilegiadas/os)
5. Guião de entrevista semiestruturada (para os/as informantes a partir de um procedimento de amostragem em bola de neve)
6. Tabela de caracterização dos/as informantes

INTRODUÇÃO

Estima-se que no mundo 35% das mulheres tenham sido vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo (WHO, 2010). No Brasil, a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física e verbal⁴. No Distrito Federal (DF), entre 2006 e 2017, registou-se um pedido de medida de proteção por hora⁵. Em 2018, em cada 100.000 mulheres, houve o registo de 1.137 notícias de crimes de violência doméstica (VD) contra mulheres⁶. Os programas para autores de violência contra a mulher (PAV) surgem como uma das respostas interventivas no enfrentamento deste grave problema social (Day, Chung & O'Realy, 2009).

No Brasil, os PAV têm sido utilizados como estratégia na promoção da igualdade de género, em especial após a edição em 2006 da Lei Maria da Penha (LMP) (Beiras, 2014), dentro de proposta atrelada à prevenção terciária, buscando mitigar os impactos da violência através de intervenções de longo prazo (Pasinato, Machado & Ávila, 2019).

No DF, teve início em 2003 o Programa para Autores de Violência do Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica contra a Mulher (PAV do NAFADV) (Aguiar, 2009), ano em que tomei posse como magistrada do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT).

Meu interesse pelos estudos de género surgiu das minhas participações nos grupos reflexivos desenvolvidos pelo PAV do NAFADV. As interações dialógicas ali geradas entre mim e os autores de violência ressignificaram minha atuação profissional ao me confrontarem com a complexidade da violência de género e sua correlação com as estruturas sociais.

O PAV do NAFADV foi objeto de pesquisas anteriores, que revelaram pouca consistência nos seus resultados (Monteiro, 2014; Silva, 2016; Vieira, 2016), o que pode estar associado ao fato de os PAV no Brasil carecerem de regulamentação precisa (Amado, 2014) e apresentarem dificuldades teóricas e metodológicas (Beiras, Nascimento & Incrocci, 2019). A propósito, Gondolf (2011) pontua a necessidade de a comunidade científica se voltar para a

⁴ Disponível em: <<http://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>.

⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/df-registra-em-media-13-mil-casos-de-violencia-domestica-por-ano.ghtml>>.

⁶ Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Análise-FSP-002_2019-Violência-Doméstica-no-DF-2018.pdf>.

implementação de um programa antes de examinar se ele funciona. Considero, de acordo com Gondolf, ser tempo de compreender o PAV do NAFAVD, dando um passo cientificamente balizado para preparar um futuro estudo de avaliação do programa.

Por outro lado, a capacidade de prevenção da VD contra as mulheres aumenta se esta for entendida como violência de género por quem aplica o PAV (Stock, 2018; Beiras, Nascimento & Incrocci, 2019), tornando importante verificar se esta compreensão se dá num quadro teórico dos estudos de género e que efeitos resultam de outros entendimentos. O acesso em profundidade a um objeto utilizado como estratégia para o enfrentamento da violência baseada no género, através das representações sociais de profissionais que aplicam o programa, permite captar a interação entre a ordem de género e os regimes de género, terreno carente de estudos científicos. A ordem de género, sistema de relações de género que liga o plano estrutural às dinâmicas da vida social e os regimes de género, que se constituem nas práticas sociais no plano micro, emergem das relações cotidianas (Connel & Pearse, 2015) e provavelmente influenciam as práticas profissionais, ainda que os/as profissionais se apercebam das influências. Esta hipótese orientadora suscita algumas questões interrelacionadas: como se desenvolve (caracteriza e é aplicado) o PAV do NAFAVD? Os fins e objetivos que visa alcançar traduzem-se em práticas profissionais dos sujeitos que o aplicam (psicólogos/as, pedagogos/as, assistentes sociais), ou as representações sociais sobre violência, sobre género, e sobre violência de género influenciam as práticas profissionais afetando também o efetivo cumprimento dos fins e objetivos do PAV do NAFAVD? A investigação que ora apresento busca responder a estas perguntas a partir da hipótese geral de que os objetivos para os quais o PAV do NAFAVD foi criado estão a ser prosseguidos de forma distinta pelos/as profissionais por influência de uma ordem de género, que se reproduz nas instituições (Connel & Pearse, 2015), no caso, a Justiça e o poder executivo do DF, com reflexos nas representações e práticas profissionais.

O objeto deste estudo, o PAV do NAFAVD, admite-se, é também construído pelos/as profissionais que o aplicam - os/as servidores/as do NAFAVD. Partindo deste pressuposto, a investigação que ora apresento visa compreender o PAV do NAFAVD (no plano teórico), como é interpretado (no plano das representações sociais) e como é aplicado (no plano das práticas profissionais), à luz de um quadro teórico dos estudos de género. Os objetivos específicos são:

- a) identificar e caraterizar as origens, enquadramento teórico, objetivo geral e

métodos para a aplicação do PAV do NAFAVD;

b) compreender as representações sociais dos/as profissionais do NAFAVD sobre género, violência e violência de género e o potencial dos PAV do NAFAVD na prevenção da VD contra as mulheres;

c) compreender a influência das representações sociais dos/as profissionais do PAV do NAFAVD sobre suas práticas profissionais, por meio dos modos como:

(i) interpretam as orientações teóricas do programa e as aplicam ou praticam;

(ii) interpretam a metodologia do programa e a usam;

(iii) ultrapassam, nas suas práticas profissionais, os obstáculos que emergem na aplicação do programa.

No planeamento do processo de pesquisa, o acesso às fontes foi previamente garantido, beneficiando-se do desempenho da minha atividade profissional, que viabilizou o contato com os sujeitos entrevistados. A opção pelo uso de entrevistas decorre de esta se constituir como técnica para a imersão no campo representacional e prático de profissionais do PAV do NAFVAD, com recurso à teoria das representações sociais de Moscovici (2015), bem como às teorias de síntese, que articulam no campo relacional estrutura e agência (Bourdieu, 2005; Guerra, 2006; Pinto, 2011).

O estudo está organizado em seis capítulos. Os quatro primeiros dedicados aos conceitos e abordagens teóricas que orientam a pesquisa e os outros à metodologia e à análise dos resultados⁷.

No capítulo 1 articulo os conceitos de género, violência e interseccionalidade, matrizes necessárias para a leitura da teorização, representação e aplicação do PAV do NAFAVD. No capítulo 2 faço uma imersão na realidade dos PAV no Brasil, a fim de localizar o PAV do NAFAVD. No capítulo 3 elaboro o estado da arte sobre os PAV no contexto europeu, americano, australiano e brasileiro, com o propósito de identificar princípios gerais e padrões desses programas para construir um quadro teórico que será usado para orientar a caracterização do PAV do NAFAVD.

No capítulo 4 procuro articular os conceitos centrais com as epistemologias que

⁷ Privilegiou-se, por falta de espaço, em termos de aprofundamento teórico, os capítulos que tratam das categorias centrais para este estudo, quais sejam, o género (capítulo 1) e os PAV (capítulo 3), ainda que se reconheça o prejuízo de não desenvolver a teoria das representações sociais (capítulo 4).

levam às representações sociais (Moscovici, 2015) e às práticas profissionais (Bourdieu, 2005; Pinto, 2011). A base teórica à qual recorro é o construcionismo social, que parte da premissa de que o conhecimento da realidade é representacional, não no sentido de copiá-la, mas de produzi-la por meio de processos de percepção e cognição do sujeito que a conhece. Por sua vez, as práticas profissionais podem distanciar-se ou confirmar as representações sociais, na passagem para o contexto, onde são ativados os elementos sobre o objeto profissional (Pinto, 2011). São as representações sociais e as práticas profissionais dos/das servidores/as do PAV do NAFVD narradas nos seus discursos, as bases de conhecimento do real que pretendo investigar.

As opções metodológicas encontram-se no capítulo 5. Conduzo-me pelos estudos compreensivos (Mills, 2009; Jahnke, 2011) para caracterizar o PAV do NAFVD, identificando suas origens, perspectivas teóricas, metodologias, objetivos, partes envolvidas na sua implementação e técnicas de aplicação, usando como referencial orientador um modelo teórico construído a partir da revisão de literatura (capítulo 3). Como técnica de acesso aos discursos de 9 profissionais que aplicaram e aplicam o PAV do NAFVD recorro inicialmente a entrevista estruturada autoadministrada. Numa segunda fase, com o objetivo de compreender com profundidade a forma como as/os profissionais do PAV do NAFVD interpretam o programa (representações sociais), como o aplicam (práticas profissionais) e como se dá a relação entre teoria, interpretação da teoria e prática, utilizo entrevistas semiestruturadas efetuadas a 7 das/os 9 profissionais (excluindo-se um/a por estar de férias no período que a pesquisadora realizou as entrevistas e outra/o por não mais possuir prática profissional ao tempo da entrevista). A análise dos dados segue a técnica da análise crítica do discurso (Nogueira, 2001) e consta do capítulo 6.

O presente texto está redigido de acordo com a normas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP), seguindo os critérios da *American Psychological Association* (APA, versão 6), nos termos do acordo ortográfico posterior a 1990, utilizando-se de forma preponderante o português corrente no Brasil e no que se refere aos conceitos centrais o português utilizado em Portugal.

CAPÍTULO 1. Género e violência: matrizes de leitura dos programas para autores de violência

Considerando que os PAV surgem como uma das respostas interventivas no enfrentamento da violência doméstica (Day et al., 2009), uma das expressões da violência de género (Costa, 2017), nos subcapítulos seguintes busco articular os conceitos de violência e género, numa perspetiva interseccional.

1.1 Género: uma ferramenta de análise em confluência com outros marcadores

As questões de género foram exploradas pelos feminismos, a partir dos anos 1960, com base nas teorias sociológicas, dentro de uma perspetiva crítica que levasse em conta a experiência humana do ponto de vista das mulheres (Dias, 2015). Autora de um texto icónico para os feminismos da pós-modernidade (Amâncio, 2003; Gomes, 2018), Scott (2019) propõe o uso do género como categoria de análise, única com força para interrogar e transformar os paradigmas históricos existentes. A sua proposta assenta na interpelação do binarismo masculino/feminino tendo como ponto de partida a história e a desconstrução dos termos da diferença sexual. Opto pelo modelo analítico de Scott (2019) conjugado com o operacionalizado por Connel & Pearse (2015) por entender que conferem ao género estatuto de análise, no qual se imbricam relações sociais e de poder, numa dinâmica entre estruturas sociais e atividades humanas ao longo do cotidiano e da história. Connel & Pearse (2015) propõem um sistema representado por todas as relações de género ligadas a um plano estrutural, chamado ordem de género e também ligadas a um plano micro, fomentado por práticas sociais, os regimes de género.

Na ordem de género, há um padrão, que conquanto nos pareça dado de forma natural, decorre de experiências construídas a partir de uma imposição externa realizada por intermédio de normas sociais ou da pressão de autoridades (dimensão estrutural) que influenciam e ao mesmo tempo são dinamizadas por uma construção pessoal (dimensão relacional). Constitui-se num esquema estrutural não fixo influenciado por quatro dimensões relacionais que interagem entre si: as relações de poder, a divisão sexual do trabalho, as relações emocionais (*cathexis*) e

as relações simbólicas (Casaca, 2009; Connel & Pearse, 2015).

Na primeira dimensão, as relações de poder imanam de forma cultural e histórica as relações de género (Casaca, 2009). Por exemplo, o Direito gera ou encobre mecanismos de poder, incentiva, perpetua ou tolera hierarquias discriminatórias (Beleza, 2004) por meio de discursos falocêntricos (Casaleiro, 2014), podendo assim funcionar como barreira aos desafios à ordem de género, como o que pretende realizar os PAV. Toneli et al. (2008) explicam que os PAV do modelo EMERGE (*Counseling and Education to Stop Domestic Violence*)⁸ dos Estados Unidos da América (EUA) sofreram descontextualização quando passaram a estar integrados no sistema de justiça. Os autores explicam que ao analisarem os documentos produzidos pelo EMERGE não encontraram qualquer menção aos conceitos de género e masculinidade, o que se repetiu nas entrevistas com facilitadores/as, indicando que o EMERGE se orienta por uma aceção da violência numa perspetiva individualista, voltada a necessidade de responsabilização do autor pelo ato cometido e apenas de forma indireta ao meio social no qual ele se encontra.

A dimensão divisão sexual do trabalho decorre de uma “base estrutural da ordem de género do capitalismo moderno”, que marca profundamente as noções de masculinidades e feminilidades (Connell & Pearse, 2015, p. 165). Isto significa a existência de um processo de acumulação com base no género que vai definindo uma estrutura social (Connell & Pearse, 2015). No caso do PAV é importante refletir sobre a permanência de uma divisão sexual do trabalho, que produz empecilhos para que homens trabalhem questões de género.

Na dimensão *cathexis* estão as relações emocionais e sexuais construídas a partir do género (Casaca, 2009) implicando refletir sobre uma ordem de género orientada para um padrão hegemónico de atração sexual com uma ordem heterormativa, que envolve um homem e uma mulher. É nesse contexto que surgem compromissos emocionais positivos e negativos – *maxime* a homofobia e a misoginia (Connell & Pearse, 2015). No âmbito do PAV do NAFAVD, importa problematizar se as práticas profissionais se têm constituído em *ethos* restrito a: (i) relações heterossexuais a partir de um ideal heteronormativo; (ii) relações de conjugalidade ou equiparadas em que o homem é agressor e a mulher vítima, reproduzindo papeis sociais de género assentes no binarismo entre um dominador e uma dominada.

No simbolismo inserem-se relações produzidas a partir da linguagem, da imagem e de artefatos (tecnologia) (Casaca, 2009), com as relações de género a ser condicionadas pelas interpretações do mundo. Importam, os significados de género, como os acionados quando

⁸ Disponível em: <<https://www.emergedv.com/>>.

pensamos em mulher e homem e que, por sua vez, ativam “um imenso sistema de entendimentos, implicações, sobre tons e alusões que se acumularam ao longo da nossa história cultural” (Connel & Pearse, 2015, p. 72). Neste lugar, tenho como hipótese que os/as profissionais do NAFVAD, na aplicação do PAV, podem ser mais permeáveis a ordem de género desigual por trazerem concepções arraigadas sobre estereótipos de género.

As quatro dimensões estruturais da ordem de género têm tendência à crise provocada por forças sociais e por influências internas de transformação, na interação com outras dinâmicas da vida social (Connel & Pearse, 2015). Para além disso, estas estruturas de género entrelaçam-se com outras estruturas sociais. Por exemplo, no espectro da categoria “homens”, o sistema de género está atravessado pela classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais (Connel, 2016). Por isso em sociedades onde há fortes segregações de género, como a brasileira, com marcas profundas da colonialidade, o caminho dos homens para compreender a experiência das mulheres é muito mais difícil. Neste particular, é possível que os PAV brasileiros, para dar conta do fenómeno da desigualdade de género, precisem imbricar em suas práticas temas relacionados a racismo e pobreza, sob pena do acesso às crenças enraizadas de género restar descontextualizado.

Nesse prisma, torna-se premente que o género como categoria analítica (Scott, 2019) e como ferramenta de análise (Connel & Pearse, 2015) esteja em confluência com outras categorias, como raça, classe, idade, fazendo com que as diferenças possam ser abordadas dentro da diferença. É o que Crenshaw (1989) chama de interseccionalidade e Kergoat (2010) consubstancialidade. Para Crenshaw (2004, p. 10) há múltiplos sistemas de opressão, razão pela qual não é possível lidar apenas com grupos distintos de pessoas, mas com “grupos sobrepostos”. A consubstancialidade de Kergoat não hierarquiza formas de opressão. É uma proposta que permite articular diversas categorias como nação, classe, religião, sexo e casta, sem primazia a uma em detrimento da outra, mas historicizando-as a fim de levar em conta as dimensões materiais da dominação (Hirata, 2014).

Degele & Winker (2007, 2008, 2009, como referido em Mattos, 2012) vão além de Kergoat e trabalham a interseccionalidade em três níveis: estrutural, identitário e das representações simbólicas, com o objetivo de contextualizar as categorias de diferenciação, sem riscos de que se obscureça o diagnóstico que identifica causas e efeitos das desigualdades. As autoras procuram articular a interação entre estrutura e agência, sem tomar certas categorias *a priori* (Mattos, 2012). No estrutural, partem do pressuposto de que género, classe, raça e corpo “predeterminam, de forma significativa o acesso ao mercado de trabalho e às posições de

mercado de trabalho” (Mattos, 2012, p. 252). Nos níveis identitário e representacional realçam que há ampliação das categorias de diferenciação, lembrando que as categorias identitárias são construídas a partir da dissociação e exclusão com/dos outros (masculino/feminino, etc.) e por isso encontram-se num plano aberto, sujeito a reduções e ampliações na passagem para o concreto, campo onde se formam as representações. Assim defendem que para identificação de categorias, sejam as que reproduzem, sejam as produtoras de novas estruturas sociais, é preciso examinar as práticas sociais, o que só é viável a partir da pesquisa empírica. A entrevista, por exemplo, pode permitir conhecer se as categorias diferenciais do plano estrutural são identificadas e nomeadas pelos/as entrevistados/as.

Conduzirei a análise do PAV do NAFAVD a partir da proposta de Degele & Winker (2007, 2008, 2009, como referido em Mattos, 2012) por também permitir recordar que no caso brasileiro, a intersecção da raça é um meio de examinar o que a “colonialidade do gênero apagou, destruiu ou invisibilizou” (Gomes, 2018, p. 77). De fato, parece que no Brasil ainda se enfeixam as questões de raça e gênero porquanto as estatísticas nacionais ainda apontam para uma maior taxa de homicídios de mulheres negras do que de não negras. Se a taxa de homicídios de mulheres não negras cresceu 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 29,9% (Cerqueira et al., 2019).

Partindo da premissa que a estrutura social determina a prática, que por sua vez atualiza a estrutura pela atividade humana ao longo do tempo e historicamente criada (Connel & Pearse, 2015; Guerra, 2006), abre-se caminho para que seja examinado se o PAV do NAFAVD, na qualidade de instituição criada por atividade humana, é condicionado pela ordem de gênero presente na estrutura social, mantendo-a ou rompendo-a por meio das práticas profissionais dos/as sujeitos (servidores/as públicos) que o aplicam.

1.2 Violências contra as mulheres no espaço doméstico

Na década de 1980, a correlação entre violência e gênero começou a ser estudada como categoria sociológica, cuja configuração mais usada passou a ser violência contra a mulher e se caracterizou como a questão central do movimento feminista brasileiro (Bandeira, 2014).

Não obstante apresentem diversos significados, dependentes de suas implicações empíricas e teóricas, Bandeira (2014) e Saffioti (2015) chamam a atenção para o uso como sinônimo, na atualidade, dos termos violência doméstica, violência conjugal, violência familiar

e violência de género, apesar de a “escolha de uma definição” poder fazer com que o escopo do problema pareça muito maior ou muito menor (Karmem, 2004, p. 233).

Bandeira (2014) reputa que existe uma profunda correlação entre a violência de género e violência contra as mulheres, em razão da distribuição assimétrica de capitais (social, cultural e económico) ao longo da história, que demarcou de modo alargado e profundo as vidas e as subjetividades das mulheres, bem como suas posições nas hierarquias que estruturam/regem os diferentes espaços sociais, tornando a violência contra as mulheres como uma das expressões da violência de género, direcionada a alguém em razão do “género ao qual pertence, com que se identifica conferindo-lhe a sua identidade de género ou devido à sua expressão de género ou violência que afete de forma desproporcionada pessoas de um género em particular” (Costa, 2017, p. 46).

Almeida (2007) sustenta que a violência de género nas relações de intimidade tem como objetivo manter o controle social e “reproduzir a matriz hegemónica do género na sua expressão microscópica” (p. 28). Para a autora, as violências físicas e sexuais constituem-se bases simbólicas das relações de força, disseminando a ordem patriarcal, que assume maior potência na intimidade, onde as categorias de conhecimentos estão mais ligadas ao emocional do que ao cognitivo.

A seguir abordo como no plano internacional e no brasileiro se deu a incorporação das categorias de violências.

1.3 O género e as violências: marcos legais internacionais e brasileiros

A partir dos anos 1970 as denúncias de violência contra as mulheres no espaço doméstico ganharam força no plano internacional e começaram a ser reconhecidas nos corpos jurídicos internos dos Estados (Arihla, 2010; Tavares, 2011; Torres, 2001). Esse movimento de desocultação da violência doméstica e a sua emergência como problema social é fruto das lutas feministas, mola propulsora de um movimento teórico feminista.

Em específico, as teóricas do feminismo liberal⁹ assumiram um importante papel na

⁹ O feminismo liberal é uma expressão da teoria da desigualdade de género e acredita que a igualdade de género é

promoção da igualdade de género ao sedimentarem o caminho para a regulação do Estado no espaço privado produtor de violência. Esse foi o discurso adotado pelas Nações Unidas (1979), materializado na *Convention on the Elimination of All Forms of discrimination against Women* (CEDAW), “um marco na definição da igualdade de género no plano internacional” (Costa, 2017, p. 55). A Organização das Nações Unidas (ONU) produziu uma série de documentos, num esforço para eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. Em dezembro de 2003, a Assembleia Geral da ONU (A/58/147) reconheceu que a violência doméstica é uma violação de Direitos Humanos evocando os Estados Membros a adotarem uma postura de eliminação da violência no contexto familiar (United Nations, 2003) e em 19 de dezembro de 2006, a Resolução 61/43 (A/RES/61/43) reforçou a necessidade de fomentar as estratégias e ampliar esforços para erradicar a violência contra a mulher (United Nations, 2007).

O Brasil, apesar de signatário de todos os acordos internacionais que asseguram os Direitos Humanos, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação e violência baseada no género, em abril de 2001, foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, porque, em 1998, o Centro de Justiça de Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos das Mulheres denunciou a tolerância em relação à violência cometida contra Maria da Penha Fernandes pelo seu ex-esposo, que culminou na tentativa de assassinato. O Estado brasileiro foi condenado por negligência e omissão e foi-lhe recomendado reformar o sistema legislativo no que diz respeito à violência doméstica contra as mulheres, fato que provocou grande repercussão na mídia (Bandeira & Almeida, 2015). Contudo, as autoridades brasileiras mantiveram-se silentes, o que “repercutiu de maneira indelével no movimento feminista, o qual se sentiu desafiado a agir em relação à condenação do Brasil” (Bandeira & Almeida, 2015, pp. 506-507). A partir disso, um consórcio de organizações não governamentais feministas, em parceria com a extinta Secretaria de Política para as Mulheres (SPM¹⁰), propôs a edição da Lei nº 11.340, aprovada em 7 de agosto de 2006, recebendo o nome de Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), em homenagem ao citado caso (Bandeira & Almeida, 2015).

Esta lei é um marco na proteção dos direitos das mulheres brasileiras, pois, na esteira das Convenções e Resoluções da ONU, trata a VD contra as mulheres como grave violação de

alcançada por meio da transformação da divisão do trabalho, o que se daria através da remodelação de algumas instituições chaves, como o direito, o trabalho, a família, a educação e os meios de comunicação (Dias, 2015).

¹⁰ No capítulo 2, a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres será abordada.

Direitos Humanos. A partir de 2006, nas lesões corporais, não é admitido que a mulher negocie o processamento criminal do autor que comete violência contra ela num contexto doméstico e familiar. As penas para os delitos em contexto de violência contra a mulher aumentaram (de 1 ano para 3) e foram criadas medidas protetivas de urgência, a possibilidade de prisão em flagrante e de custódia preventiva do autor.

Para além dos mecanismos repressivos, a LMP trouxe dispositivos preventivos, pressupondo a complexidade da intervenção. Afinal, o sujeito passivo de tais infrações penais é alguém que tem ligações de base afetiva com o autor do fato, o que traz sutilezas e dificuldades no atendimento das partes envolvidas pelo sistema de justiça (Montenegro, 2015). Para Machado (2009), a opção legal brasileira pretendeu romper com legislação penal e jurisprudência profundamente sexistas e mantenedoras da desigualdade de género, onde os direitos das mulheres eram afastados sempre que entrassem em colisão com os bens jurídicos “proteção da honra” e “harmonia familiar” (p. 166).

Não obstante o carácter restritivo da LMP, a categoria género foi utilizada, no artigo 5º, para conceituar a violência doméstica e familiar contra as mulheres¹¹, servindo de baliza para a definição da discriminação. A introdução desse marcador interpretativo trouxe um viés interseccional à lei no que diz respeito à categoria mulheres. Mostrou também que a VD contra as mulheres é um fenómeno complexo, implicando inúmeras áreas do saber (interdisciplinaridade) na construção de saídas institucionais que levem a mudanças substanciais na matriz hegemónica de género (Almeida, 2007), incluindo, no que diz respeito aos autores de violência, no artigo 35, inciso V, a possibilidade do Estado Brasileiro criar e promover “centros de educação e reabilitação para os agressores” (Brasil, 2006). De fato, esse dispositivo legal marca “uma atuação institucional voltada para as mulheres” (Pitangui & Barsted, 2019, p. 261). A seguir, abordo os PAV situando-os no contexto brasileiro.

¹¹ Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no género que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006).

CAPÍTULO 2. Programas para autores de violência doméstica contra as mulheres no Brasil

Neste capítulo, os PAV serão contextualizados a partir dos instrumentos internacionais e nacionais de proteção e promoção aos direitos das mulheres. Considerando que a tendência dos marcos legais internacionais e nacionais tem sido o modelo reabilitador, farei uma incursão pela origem e tendências desse modelo.

2.1 Os programas para autores de violência: diretrizes internacionais e seus reflexos na realidade brasileira

Vários são os instrumentos internacionais de proteção e promoção dos direitos das mulheres que colocam os PAV como estratégias de enfrentamento à VD contra as mulheres. Alguns são vinculantes, como convenções, pactos e acordos, cuja força legal dentro dos Estados demanda procedimento específico; outros, como declarações e recomendações, têm caráter diretivo. A forma como são contemplados pelos instrumentos nacionais é um dos fatores explicativos de alguns países possuírem trajetórias mais desenvolvida nesta seara do que outros (Stock, 2018).

Na recomendação geral n. 19 do Comitê para a eliminação da discriminação contra as mulheres das Nações Unidas (1992), os Estados foram conclamados a incluir dentre as medidas para superar a violência familiar “programas de reabilitação para os agressores de violência doméstica” (art. 24, item r, iv).

A plataforma de ação de Pequim (Nações Unidas, 1995) trouxe como objetivo estratégico dos Estados aderentes a adoção de medidas que financiem, promovam e proporcionem serviços de assistência social e reabilitação para os perpetradores de violência, como prevenção à recorrência deste tipo de violência (art. 124.d e art. 125.i da Plataforma de Ação de Pequim, Pequim, 1995).

Também no documento “A eliminação da violência contra as mulheres: resolução da comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas 2003/45” (E/CN.4/RES/2003/45) (United Nations, 2003), os Estados são incentivados a encorajar e dar suporte as iniciativas que promovam mudanças de comportamento e de atitude e a reabilitação dos perpetradores de

violência contra a mulher (ponto 14. j).

Em 2013, a Comissão da condição jurídica e social da mulher, das Nações Unidas, no documento “A eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra a mulher e da menina” (Nações Unidas, 2013), conclama os Estados a apoiarem a criação de serviços de reabilitação, com o objetivo de que a mudança de crenças e de atitudes possam reduzir a probabilidade de reincidência (ponto C. ggg).

No manual de legislação sobre violência contra a mulher das Nações Unidas (2012), o item 3.11.6 é dedicado aos “programas de intervenção para autores de atos violentos e condenações alternativas¹²” (p. 56) sendo feitas as seguintes recomendações: (i) encaminhamento dos autores a programas dentro das condenações; (ii) cautela na fixação exclusiva de frequência a programas em condenações alternativas, que deve estar associado ao constante acompanhamento do autor, com o fim de proteção à vítima; (iii) supervisão e avaliação dos programas recorrentes.

Daqui se deduz que a ONU reconhece o valor dos PAV dentro do marco legal de proteção aos direitos humanos das mulheres, e conclama os Estados partes a incorporá-los no sistema de prevenção à violência contra a mulher.

A incursão no contexto latino americano demanda observância da Convenção interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (1994), conhecida como Convenção de Belém do Pará, na qual há previsão genérica de programas de reabilitação e de programas de educação para homens, sem que seja especificado qual o contexto da violência contra a mulher, se doméstico ou não. Nos artigos 7, “d” e 8, “b”, a Convenção orienta a adoção de medidas jurídicas que exijam que o autor se abstenha de praticar violência contra a mulher e exorta os Estados a adotarem ações que modifiquem padrões sociais culturais, por meio de programas formais e informais a todos os níveis educacionais.

Stock (2018) examinou alguns documentos que se seguiram à Convenção de Belém do Pará produzidos pelo Comité de peritos do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e concluiu que não houve uma manifestação clara da possibilidade de os Estados assumirem programas para autores de violência no formato reabilitador, havendo inclusive um rechace a uso de recursos jurídicos como a *probation* (suspensão do processo

¹² No manual, as condenações alternativas são definidas como todas as condenações e castigos distintos da prisão, que podem ser desde serviços comunitários à participação a programas de intervenção.

criminal), como se tratassem de resolução extrajudicial de conflitos, embora a *probation* se aproxime muito mais do modelo reabilitador do que a resolução extrajudicial de conflitos.

O breve exame dos instrumentos legais internacionais onde se encontram posicionados os PAV deixa evidente que estes nasceram dentro do marco legal que considerou a VD contra as mulheres uma violação dos direitos humanos. Os marcos legais internacionais, no entanto, trazem cenário difuso, que ora aloca os PAV como estratégias de reabilitação¹³, ora como serviços de educação - embora se note predominância do primeiro modelo, no qual o PAV é associado a pena, numa estratégia de prevenção específica, que almeja o não cometimento de novos crimes no âmbito doméstico pelo autor do fato.

Importante é acentuar que um programa que busque estar dentro das estratégias de enfrentamento à VD contra as mulheres, precisa reconhecer a existência de dimensões na estrutura das relações de género, como o poder, a produção, a catexia e o simbolismo. O poder aqui mencionado é o que demanda discussão a partir dos universos pessoais, como identidade, parentalidade, vida familiar, sexualidade, mas também tendo por ponto de partida o todo, no qual seja incluída uma política de género que pressuponha um “dividendo patriarcal” com as mulheres que inclui, por exemplo, restrição à “segurança, moradia, acesso ao poder institucional” (Connel & Pearse, 2015, p. 269). Já na dimensão produção, há que compreender que as relações de género se constroem dentro de um processo de acumulação que tende a favorecer os homens, colocando-os por exemplo a frente das mulheres em questões salariais e postos de chefia. Por sua vez, a catexia é a dimensão das relações de género onde estão imbricadas discussões sobre feminilidades e masculinidades, que em sociedades machistas como a brasileira ficam confinadas a binarismos mantenedores da desigualdade de género. Na dimensão do simbólico, encontram-se a linguagem, falada, escrita e desenhada nos corpos, normalmente colada a processos que condicionam uma ordem de género androcêntrica (Connel & Pearse, 2015).

Nesse contexto, entendo que a ressignificação do ato violento contra uma mulher passa por uma leitura crítica dos padrões genderificados da sociedade. Assim, discussões das relações de género que alcancem o universo doméstico, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político (Scott, 2019) podem conferir aos PAV efetivo potencial de proteção à violência doméstica contra as mulheres.

¹³ Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que algumas experiências buscaram se dissociar do campo criminal, ou seja, ofertar serviços a homens violentos que não estivessem a ser responsabilizados criminalmente por violência doméstica contra a mulher.

Nesse contexto, reputo que um PAV que assuma uma perspectiva de género aparentemente tem força para ser inserido no campo da prevenção geral, uma vez que há ampliação do foco do autor da violência cometida para o sujeito que está individual, familiar, social e politicamente emaranhado numa estrutura de relações de género que contribui para que ele se sinta legitimado a manter uma ordem em que a mulher ocupa, como tem ocupado ao longo da história, o lugar de vítima primordial da VD. A figura 1 ilustra como o género, a partir de uma categoria de análise interseccional, demanda um modelo mais abrangente que o reabilitador.

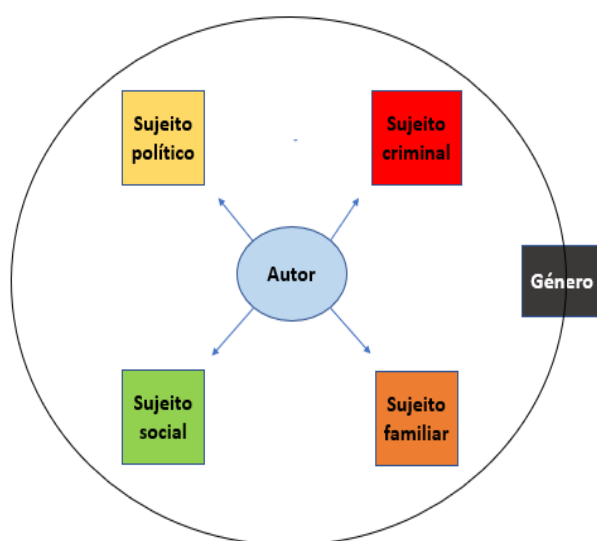


Figura 1 - Dimensões do autor da violência a partir das relações de género. Fonte: elaboração própria (Beiras, 2012, Connel & Pearse, 2015; Scott, 2019).

A seguir, procuro definir o quadro interpretativo dos PAV no Brasil, a partir de uma abordagem de género analítica e interseccional.

2.2 O Programa para Autores de Violência do NAFVD no contexto brasileiro: uma política local *flutuante*

No Brasil, o desenvolvimento dos PAV está atrelado à edição da LMP, em 2006, o que não significa que só tenham surgido após. Pesquisa que buscou mapear os PAV brasileiros, identificou que num total de 19: 21,1% iniciaram atividades entre 1999 e 2002, 36,85% entre 2003 e 2011 e 31,6% depois de 2012 (Beiras, 2014). Possivelmente as intervenções anteriores a 2006 devem-se à assinatura pelo Brasil de tratados internacionais e em especial à Convenção

de Belém do Pará, que em 1994 trouxe orientações genéricas de programas de reabilitação e programas de educação para homens.

Certo é que a LMP é o primeiro instrumento legal brasileiro a colocar os PAV entre as estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres. No artigo 35 é clara a possibilidade de criação e promoção pela União, DF, Estados e Municípios de “centros de educação e de reabilitação para agressores”, embora sem especificar o formato das ações com autores de violência.

Amado (2014) explica que a inclusão desses artigos na LMP se deu em razão da participação das mulheres vítimas de violência, que defendiam os programas como uma experiência válida e com resultados promissores, o que enfrentou certo rechace pelo consórcio feminista que conseguiu aprovar referida lei. O autor aduz que uma das razões dessa resistência assentou na perspectiva relacional do conceito de género não ter se alargado no Brasil para o campo das relações estabelecidas em torno da construção social das masculinidades, com prejuízos para inclusão dessa temática nas políticas públicas. Provavelmente relaciona-se com esta apreciação, o facto de somente em 2008, a extinta Secretária de Política para as Mulheres (SPM) da Presidência da República ter definido “Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor” (Brasil, 2008), num documento que genericamente refere que as atividades deverão ter carácter obrigatório e pedagógico – e não de tratamento do autor – e serão financiadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Para Amado (2014) a extinta SPM não acompanhava os programas de forma próxima, não os via como prioridade, mas como atividade aliada a punição, razão pela qual fez opção política para que fossem alocados ao DEPEN. No entanto, relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) (Brasil, 2018) refere que o investimento do Fundo Penitenciário Nacional foi repassado pelo DEPEN de forma homogênea para Estados e DF, e mais de 70% dos recursos foram destinados à construção de estabelecimentos penais e apenas 0,17% do valor foi direcionado a “políticas de alternativas penais, monitoramento eletrônico, programas de educação e trabalho ou de apoio para volta à liberdade” (p. 135). Logo, é possível considerar que no Brasil a falta de prioridade a alternativas penais provavelmente contribuiu para que as diretrizes dos PAV permanecessem incertas.

Este panorama atualmente é ainda mais crítico, em razão da SPM ter perdido o estatuto de ministério em 2018, passando a estar subordinada ao Ministério de Direitos Humanos, o que “representou um rebaixamento do papel dos direitos humanos das mulheres com riscos de

regressão aos avanços conquistados” (Bandeira & Amaral, 2017, p. 53). Em 2018, o Decreto n. 9.586 (Brasil, 2018a) instituiu o sistema nacional de políticas para as mulheres e o plano nacional de combate à violência doméstica, trazendo orientações para o Brasil ampliar e fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres e de enfrentamento a todos os tipos de violência, o que ainda não ocorreu. No artigo 9, incisos XII e XVIII do referido decreto, consta como objetivo a prevenção da reincidência de agressores em crimes de VD e promoção de programas de intervenção junto a jovens agressores. No entanto, não encontrei nenhum documento dentro do então Ministério da Justiça e da Cidadania sobre a referida iniciativa. Para além disso, a atuação do governo federal a partir de 2016, voltou-se para um Estado policial e não para políticas de prevenção¹⁴, refletindo menosprezo pelas alternativas penais dentro do DEPEN (Brasil, 2018). Necessário mencionar que atualmente a SPM está vinculada ao Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, onde não localizei ações nem planos voltados para os PAV¹⁵, sugerindo descaso para com esta temática.

À míngua de uma política nacional para autores de VD, o cenário brasileiro reflete uma realidade multiforme. De acordo com Beiras (2014), “é possível perceber um predomínio de programas em instituições governamentais e jurídicas, aspecto possivelmente também influenciado” (p. 60) pela edição da LMP, que determinou a criação de cortes especializadas para os crimes de VD contra a mulher.

O PAV do NAFVD segue o padrão desenhado por Beiras (2014) porquanto trata-se de programa governamental. Encontra-se dentro da estrutura da Secretaria da Mulher¹⁶ do DF, não estando vinculado a pasta relacionada à segurança pública. Logo, distancia-se das orientações federais, o que pode estar atrelado à sua criação, em 20 de outubro de 2003, em região do DF (Samambaia), ter antecedido a entrada em vigor da LMP. Foi um programa criado para atender uma necessidade da Casa Abrigo, cuja ideia era acolher as mulheres e atender os homens, após a saída das mulheres do abrigamento. Posteriormente, passou a ser objeto de demanda pelo sistema de justiça, que, face à LMP, precisava articular a resposta penal com os acompanhamentos psicossociais, o que culminou na sua expansão (Aguiar, 2009).

¹⁴ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/sob-temer-fatima-pelaes-da-vies-policial-a-politicas-para-mulheres>>. Acessado em 9 de outubro de 2018:

¹⁵ Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/politicas-para-mulheres>>. Acessado em 28 de janeiro de 2019

¹⁶ Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/sedestmidh/>>. Acessado em 31 de maio de 2019.

O PAV do NAFAVD inspirou-se em trabalhos das organizações não governamentais (ONG) brasileiras Instituto Promundo¹⁷ e Ecos e da associação civil Programa Papai, integrada na Universidade de Pernambuco (Aguiar, 2009). Atualmente, permanece como política pública do Governo do DF e está presente em nove regiões administrativas do DF. Os núcleos do NAFAVD funcionam, em grande parte, nas promotorias de justiça¹⁸, por meio de termo de cooperação técnica firmado em 2012 com o MPDFT¹⁹. No âmbito das normativas distritais, o programa está inserido no I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres de 2014/2015 (Distrito Federal, 2014), que trouxe a necessidade de que fosse ampliado, o que até a presente data não foi implementado²⁰. Aliás, esta é a única normativa que baliza o PAV do NAFAVD, não tendo sido encontradas outras regulamentações acerca de sua existência.

Antes de abordar as práticas profissionais é necessário aprofundar no próximo capítulo como vêm sendo construídos os PAV noutros contextos.

¹⁷ O Promundo é uma ONG, que trabalha para promover a equidade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninos em parceria com mulheres e meninas. Há propostas de grupos reflexivos desenvolvidas pelo Promundo, como o Programa H, construído numa perspectiva de gênero e de masculinidades. Referidas informações foram extraídas do sítio eletrônico, acessado em 28 de janeiro de 2019: <<https://promundo.org.br/programas/programa-h/>>.

¹⁸ As promotorias de justiça compõem a estrutura do MPDFT e, na prática, são os espaços em que estão as/os promotoras/es de justiça (magistrados do Ministério Público brasileiro). As promotorias de justiça estão divididas nas áreas criminal, cível, meio ambiente, patrimônio público, saúde, infância e juventude, educação, filiação, entre outras matérias. Participam da fiscalização das leis e da defesa dos interesses sociais, por meio de projetos e ações não só de natureza judicial, mas também administrativa. As intervenções e as ações judiciais originadas pelas promotorias de justiça são propostas perante os juízes de direito do Tribunal de Justiça do DF e Territórios. As informações consultadas foram extraídas do sítio eletrônico, acessado em 15 de janeiro de 2019:

<<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/promotorias-de-justica-menulateral>>.

¹⁹ Informações extraídas do sítio eletrônico, acessado em 21 de setembro de 2019: <<http://www.mulher.df.gov.br/nucleos-de-atendimento-as-familias-e-aos-autores-de-violencia-domestica-nafavd/>>.

²⁰ Informações extraídas do sítio eletrônico, acessado em 21 de setembro de 2019:

<http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/maio_2019/RESUMO_EXECUTIVO.pdf>.

CAPÍTULO 3. Os Programas para Autores de Violência Doméstica contra mulheres: origens, marcos teóricos, metodologias e avaliação

Consoante referido, os PAV surgiram como uma das respostas interventivas no enfrentamento da violência de gênero (Day et al., 2009). Conquanto se tenham desenvolvido nas últimas décadas, são realidades sociais pouco compreendidas (Lima, Buchele & Climaco, 2008; Amado, 2014) com pluralidade de metodologias e bases teóricas que os fundamentam (Amado, 2014), a dificultar sua caracterização. Deste modo, neste capítulo, recupero o trajeto da origem, das perspetivas teóricas, da metodologia e dos objetivos dos PAV, recorrendo a diversas localizações geográficas onde são mais estudados.

3.1 A origem dos Programas para Autores de Violência Doméstica contra Mulheres

As primeiras propostas de intervenções com homens autores de violência (HAV) doméstica contra mulheres surgiram em meados da década de 1980 na Inglaterra e nos Estados Unidos da América (EUA) e rapidamente, alastraram-se para o Canadá, Europa (Matos, 2006; Scott, 2004; Cerejo, 2017) e América Latina (Veloso & Natividade, 2013).

A demanda original dos programas remonta ao movimento de mulheres em casas de abrigo, que percebeu a necessidade de seus companheiros participarem de acompanhamentos para mudarem seus comportamentos (Feder & Wilson, 2005; Aguiar, 2009).

Entre os programas pioneiros, situados no eixo da prevenção terciária (OMS, 2002), referimos o EMERGE (*Counseling and Education to Stop Domestic Violence*)²¹, desenvolvido em Massachusetts, EUA (Toneli et al., 2010), o Programa *Duluth*²², desenvolvido no Minnesota, EUA (Day et al., 2009), o RESPECT, no Reino Unido (*Membership Association*

²¹ Disponível em: <<https://www.emergedv.com/>>.

²² Disponível em: <<https://www.theduluthmodel.org/>>.

for Domestic Violence Perpetrator Programmes and Associated Support Services)²³, e o *Work with Perpetrators of Domestic Violence in Europe*, desenvolvido no âmbito do Programa DAPHNE²⁴ da União Europeia (Veloso & Natividade, 2013). Interessante é notar que os países escandinavos optaram por abordagens de intervenção criadas a partir de demanda voluntária de homens, refletindo uma baixa tradição política de aliar tais intervenções a determinações judiciais (Askeland & Heir, 2013).

Na América Latina, a literatura revista indica que as intervenções com HAV tiveram início no México e expandiram-se para outros países, incluindo o Brasil, com metodologias variadas embora privilegiando o método grupal (Veloso & Natividade, 2013). A expansão geográfica dos programas estará associada ao fato de terem se transformado numa das principais respostas da justiça penal à VD contra a mulher (Stock, 2018). Também Marques (2009) considera que o surgimento de grande parte dos programas está dentro do processo de transformação da justiça.

A experiência brasileira segue esta tendência, com boa parte dos programas organicamente ligada ao governo: 68% das instituições que têm PAV ou promovem intervenções com agressores são de responsabilidade governamental; 21% dos programas está alocado em ONG; e 11% integra iniciativa governamental e não governamental (Beiras, 2014).

Stock (2018) sintetiza os fatores para o incremento dos PAV no mundo: (i) a ênfase ao controle social; (ii) o acelerado crescimento das ciências da saúde mental na América do Norte; (iii) a realidade que mostra que muitas mulheres reatam com seus agressores; (iv) a incapacidade de penas alternativas, como multa e trabalho comunitário, protegerem as vítimas; e (iv) o crescimento dentro do movimento feminista da interpretação de que os homens são atores no processo de transformação social.

3.2 Perspectivas teóricas dos PAV: predominância de abordagens feministas

As bases em que assentam os PAV seguiram a evolução das interpretações de VD, numa trajetória de transformação que vai das interpretações mais lineares, focadas no indivíduo, para as mais complexas, num espectro de propostas psicossociais, didáticas, sistêmicas,

²³ Disponível em: <<http://respect.uk.net/>>.

²⁴ Disponível em: <<https://www.work-with-perpetrators.eu/>>.

socioculturais, feministas e construtivistas (Manita, 2005).

Manita (2005) identifica quatro correntes teóricas nos programas voltados para autores de VD. A primeira baseia-se em perspectivas biológicas e psicofisiológicas e trabalha num modelo de controle da raiva/ira, cujo pressuposto é a existência de padrões de reação psicofisiológicos específicos nos agressores. Na segunda, o enfoque é colocado nas características individuais do autor da violência, visto como portador de um conjunto de *déficits* comportamentais e de competências sociais²⁵. Já na terceira estariam inseridos os programas construídos sob as perspectivas da família, associando a origem da violência à família ao processo de socialização das crianças, incluindo práticas parentais que usam castigos corporais extremos, com reduzida interação positiva. Na quarta, o corpo teórico alinha-se a uma postura sociopolítica recorrendo à abordagem feminista e pró-feminista na compreensão do fenómeno da VD sob a ordem de gênero e como violação de direitos humanos.

Stock (2018) traz outro tipo de classificação (assente nos trabalhos de Adams (1990) e Hamberger y Hastings (1993), como referido em Stock, 2018)²⁶. Segundo a autora, existem no mundo quatro modelos teóricos estruturantes dos programas para autores de VD: (i) modelo de orientação interior, que concebe a violência a partir de problemas psíquicos, fruto de experiências passadas; (ii) modelo de ventilação, interpretando a violência como responsabilidade do casal, sustentando assim o recurso a terapias de casal, sem prejuízo de tratamentos individuais; (iii) modelo sistêmico, que considera a violência entre o casal simétrica, centrando a ação sobre a interação entre os membros da família e destes com o contexto onde estão inseridos; e (iv) modelos sensíveis ao discurso de gênero, que incorporaram a visão crítica do movimento de mulheres sobre o sistema de justiça penal e introjetaram a necessidade de introdução de programas para autores de VD nos planos de proteção à vítima.

Nos primeiros três modelos, impulsionados pelas ciências da saúde, o trabalho com o autor da violência individualmente considerado é mais importante que o contexto cultural e social, que o legitima. Já no quarto modelo, as intervenções ora caminham para uma base metodológica cognitiva-comportamental, que define o comportamento agressivo como sexista

²⁵ De acordo com Manita (2005), algumas perspectivas psicológicas ancoram-se na teoria da vinculação, na qual há implicações dos processos de vinculação precoce na vida adulta e na teoria da aprendizagem social, em que a violência é explicada a partir da imitação de modelos de comportamentos dentro de uma lógica da transmissão intergeracional da violência.

²⁶ A classificação dos referidos autores encontra-se em livros que só estão disponíveis em biblioteca de Manchester.

e controlador, não obstante a existência de algumas linhas que colocam ênfase “nos déficits de habilidades” (Stock, 2018, p. 19), ora seguem uma orientação pró-feminista, com enfoque no poder e no controle, procurando não só a mudança do sujeito, mas também da representação coletiva, isto é, da forma de pensar da sociedade, e a mudança do contexto social e cultural, por constituir um entorno que legitima a violência.

Em 2001, a OMS selecionou 74 programas de 38 países, classificando 56 como programas de intervenção com HAV. Dos 74, 34% revela práticas de intervenção que remetem para perspectivas feministas e de gênero. Ao classificar como "feminista" qualquer programa que mencione a crença de que os papéis de gênero desempenham pelo menos uma parte na promoção da violência de parceiros íntimos, a proporção subiu de 34% para 73% (WHO, 2003).

No contexto europeu, Hamilton, Koehler & Lösel (2013) examinaram 54 programas, sendo que 70% utilizava uma abordagem predominantemente assente na terapia cognitivo-comportamental, 54% seguia métodos pró-feministas e 31% abordagens psicodinâmicas, com boa parte dos/as entrevistados/as mencionando o uso de uma combinação de abordagens (54%).

Na América-latina, Toneli et al. (2010) também identificaram a perspectiva feminista enquanto quadro teórico de base, orientador de grande parte dos programas. No Brasil, o mapeamento dos serviços dirigidos a autores de violência contra a mulher (Beiras, 2014) examinou 19 PAV e verificou que 89,5% dos/das profissionais entrevistados/as referiu que o conceito de gênero está entre as opções teórico-epistemológicas norteadoras da intervenção ou do programa.

Examinando, a seguir, as metodologias habitualmente adotadas pelos programas, as quais recebem influência direta do enquadramento teórico-epistemológico.

3.3 Metodologias dos PAV: inconsistência permeável a subjetividades

Na literatura sobre PAV é notória a diversidade de metodologias (e.g. Amado, 2017; Beiras & Cantera, 2014; Veloso & Natividade, 2013) e a confusão nas propostas metodológicas, com mesclas das abordagens cognitivo-comportamentais²⁷, de aprendizagem social e

²⁷ Hamilton, Koehler & Lösel (2013) destacam que, nessa espécie de metodologia, a violência é vista como um comportamento aprendido que desempenha função instrumental expressiva e que, para barrar esse comportamento, é necessário um processo de reestruturação cognitivo.

psicoeducativas (Aguiar, 2009). Nesse particular, merece sublinhar que as intervenções, conquanto recorram a abordagens da psicologia, não são consideradas psicoterapias, sem prejuízo de poderem surtir efeitos terapêuticos. Grande parte dos programas no mundo utiliza abordagens psicoeducativas ou socioeducativas, calcadas em “modelos e valores de género hierarquizados como a causa principal do uso da violência contra a mulher” (Manita, 2005; Cerejo, 2017, p. 298) permitindo a desconstrução de valores aprendidos socialmente e a despatologização dos agressores.

Os programas psicoeducativos ou socioeducativos inspiram-se no modelo desenvolvido pelo Programa *Duluth*, funcionando em colaboração com as agências que intervêm na violência contra a mulher e se dedicam ao apoio à vítima (Manita, 2005; Costa, 2011; Stock, 2018), assumindo como pressuposto que um programa, por si só, tem pouca força para promover mudanças, precisando estar coordenado com as redes de enfrentamento à violência contra a mulher. É comum que esses programas estejam associados ao sistema de justiça e redes de apoio à vítimas, sendo programas “integrados” ou “coordenados” (Day et al., 2009, p. 204). A atuação coordenada com serviços de apoio às vítimas, de forma simultânea e em paralelo constitui uma estratégia de sucesso para um programa para autores de VD (Cerejo, 2017). As vítimas “devem ser acompanhadas, sobretudo no que respeita à explicação sobre o processo de intervenção que os seus parceiros íntimos estão a receber.” (Cerejo, 2017, p. 307). No mesmo sentido, o Projeto WWP (*The European network for the work with perpetrators of domestic violence*) destaca que, entre os princípios para o trabalho com autores de violência, está a responsabilidade de manter contato com os serviços de suporte às mulheres com o escopo de criar uma colaboração²⁸. Por exemplo, o projeto australiano *Alexis-Family violence response model* traz resultados positivos a partir da utilização de um *key-worker* para integrar os serviços de enfrentamento à VD (Harris, Powell & Hamilton, 2017).

Manita (2005) assevera que os programas socioeducativos recebem autores de violência que não têm nenhum tipo de perturbação psicopatológica associada e, no geral, assumem formato grupal, cuja coordenação incumbe a profissionais especializados. Segundo Beiras (2008), o formato grupal recorre ao modelo ecológico de Brofenbrenner, assente na premissa de que o sujeito está sempre em desenvolvimento, numa existência dinâmica, em interação ativa e dialética com o meio, que modifica o sujeito e é modificado por ele. O trabalho com autores de VD assenta numa proposta integrativa de todos os elementos que formam o

²⁸ Disponível em: <<https://www.work-with-perpetrators.eu/resources/guidelines>>.

problema, incluindo, fatores intrapsíquicos e/ou promotores de ressignificação de masculinidades e atribuições de gênero.

Ao longo dos anos, a configuração grupal foi apresentando melhores resultados, à medida que as intervenções individuais mostravam respostas menos positivas de modificação de condutas violentas (Aguiar, 2009). A experiência grupal, além de potenciar a neutralização de mecanismos habituais de minimização da violência e de atribuição da responsabilidade a terceiros (Aguiar, 2009), inicia um deslocamento na relação com a alteridade (o/a outro/a), tornando a identidade mais permeável e flexível (Lattanzio & Barbosa, 2013).

Acosta e Bronz (2014), pioneiros no Brasil na intervenção com HAV, também fazem alusão ao modelo grupal desenvolvendo um programa assente na formação de “grupos reflexivos” (p. 144), considerando que na base reflexiva estaria a confrontação entre entendimentos diversos sobre o que é certo e errado, a partir da articulação entre o material discursivo individual e os temas trazidos pelos/as facilitadores/as. O contexto dialógico seguiria, dentro da proposta do pedagogo Paulo Freire, a conexão dos participantes a temas ligados ao universo masculino, propiciando conversação e trocas (Acosta e Bronz, 2014). Este modelo é atualmente difundido pelo Instituto Noos, ONG que promove cursos de facilitação de grupos reflexivos de género²⁹.

O formato reflexivo, considerado pelos autores responsabilizante, busca o equilíbrio de poderes entre os pares e tem por objetivo não compactuar com a vitimização veiculada pelos homens; colocar a perspectiva da pessoa ofendida e/ou ferida; veicular os diversos tipos de violência, quase sempre invisíveis; identificar influências culturais e sociais que reforçam os comportamentos abusivos; dar visibilidade aos efeitos da violência sobre mulheres e crianças e para os próprios, que acabam por conviver num ambiente altamente danoso (Velooso & Natividade, 2013, p. 59).

Os programas variam quanto à duração, sejam psicoeducativos ou não. Hamilton, Koehler & Lösel (2013) no mapeamento de 54 programas europeus encontraram uma média de 26 sessões conduzidas em média ao longo de 29 semanas. O Programa para Agressores de Violência Doméstica em Portugal (PAVD) tem duração mínima de 18 meses (Cerejo, 2017). No contexto americano, os programas duram entre 12 a 52 semanas. No Canadá, há programas de “alta intensidade”, com 78 sessões, e de “moderada intensidade”, com 32 sessões em média (Stock, 2018, pp. 95-96). No Brasil, Beiras (2014) concluiu que não há um padrão específico,

²⁹ Mais informações disponíveis em: <<http://noos.org.br/>>

tendo identificado um mínimo de 5 e máximo de 20 sessões.

De acordo com Amado (2017) existe “entre os estudiosos um consenso de que um trabalho de menos de 6 meses é considerado superficial e que não atingirá os objetivos de contribuir para o fim” (p. 221) da violência. Não obstante as avaliações sugerirem que os programas de longo prazo sejam os mais efetivos, são também estes os que registam maior taxa de abandono. Nesse particular, Scott (2004) aponta que estudos experimentais e quase experimentais indicam que homens que abandonam o programa ostentam maior probabilidade de ofenderem novamente suas parceiras.

Relativamente às equipas que aplicam os programas, Amado (2014) pontua que a fundamentação teórica do programa definirá o perfil do/a profissional influenciando as suas práticas profissionais. Logo, se a causa da violência é interpretada como questão patológica, a formação da equipe contará com profissionais da área da saúde mental, mas, se a violência é entendida como tendo causas complexas, o corpo técnico tendencialmente será interdisciplinar. Os programas que assumem formato grupal recorrem a duplas de profissionais, como se verifica em Portugal, situando o debate no impacto do sexo do/a profissional – tema pouco estudado (Costa & Baptista, 2019). O mapeamento dos serviços que trabalham com HAV, levado a cabo por Beiras (2014) no Brasil, apontou que 36,3% dos programas contam com duplas mistas (homens e mulheres), 15,8% com duplas de homens, 21,1% com uma pessoa e 31,6% têm outro formato. Identificou também que 57,9% dos programas ou intervenções são coordenados por homens e mulheres, 36,8% exclusivamente por homens e de 5,3% por mulheres. Neste mapeamento não foram encontrados dados relativos à formação dos/das profissionais, o que poderia contribuir para reflexões sobre o enfoque dado aos programas, se mais individual, social ou político, e sobre a sua orientação teórica-concetual, se mais guiada pela psicologia ou pelos estudos de género.

3.4 Objetivos dos PAV: entre a reabilitação dos autores e a desconstrução das bases que reproduzem a desigualdade de género

A definição clara de objetivos de um programa é de capital importância, desde logo por permitir a avaliação de forma mais eficaz (Velooso & Natividade, 2013) e, principalmente, por guiar a atuação de profissionais, dando lugar a alguma harmonização nas práticas

profissionais. A literatura sobre os PAV é unânime no sentido de que aumentar a segurança das mulheres vítimas de violência é um objetivo que deve se sobrepor aos demais (Day et al., 2009; Lima & Buchele, 2011; Veloso & Natividade, 2013, Stock, 2018).

Lima et al. (2008) enumeram alguns dos objetivos encontrados em geral nas intervenções com autores de violência: (i) a responsabilização dos homens pela violência³⁰; (ii) a construção de relacionamentos mais equitativos com as mulheres; (iii) o desenvolvimento emocional; e (iv) a melhoria da autoestima, entre outros. Manita (2005) classifica-os em conformidade com a metodologia. Assim, quando o programa tem feições psicoeducativas, os objetivos são amplos e almeja-se trabalhar a questão do poder, do controle/da dominação, as questões de gênero, as representações sociais, os mitos e os estereótipos sobre a violência, as dinâmicas abusivas, os efeitos da violência na vítima, a responsabilização pela violência praticada e as questões legais da violência doméstica contra a mulher. Já as intervenções de cariz psicoterapêutico visam: (i) trabalhar motivações e processos associados às trajetórias de violência de cada indivíduo; (ii) conscientizar e responsabilizar pelos seus atos e pelas consequências dos seus atos sobre as vítimas – perceber a verdadeira extensão do abuso e dos danos/das consequências dos atos (e não manter o mito de que apenas a marca física determina a gravidade do mau trato), bem como não atribuir à vítima a culpa/responsabilidade pela violência exercida; (iii) transformar/eliminar do comportamento de controle e dominação, do comportamento agressivo, abusivo ou manipulador; e (iv) modificar o desenvolvimento de relações abusivas.

No mapeamento dos serviços brasileiros dirigidos a autores de violência doméstica contra mulher realizado por Beiras (2014), foi possível verificar que grande parte deles tem como metas, a partir de um formato grupal, a reflexão sobre violência, produção pacífica de resolução de conflitos, responsabilização sobre atos violentos, identidade masculina e construção de masculinidades.

3.5 Estudos de avaliação dos PAV: o estado da arte

No presente é possível encontrar vários estudos desenvolvidos sob diferentes perspectivas, dedicados à análise da implementação ou avaliação dos programas e à sua

³⁰ Gonçalves (2017, p. 45) pondera a necessidade de que a responsabilização se dê numa perspectiva de interseccionalidade, a fim de que os autores sejam enxergados como parte de uma sociedade que lhes impõe compreensões e experiências distorcidas das masculinidades.

efetividade (Matos, 2006). Concentro-me de forma breve sobre neste último aspeto porque corresponde a um campo de árduos debates (Gondolf, 2011; 2012). Por exemplo, nos EUA, Babcock, Green & Robie (2004) efetuaram uma meta-análise de 22 estudos de eficácia de intervenções com agressores domésticos e encontraram níveis mínimos de reincidência, contudo realçam que a reincidência não é apenas afetada pela participação num programa, mas também pela atuação da polícia, da justiça e outras instituições. Concluem que um excelente programa pode não ser suficiente para prevenir a violência se não houver, por exemplo, uma resposta forte do sistema de justiça.

Importa acentuar que o conceito de eficácia dos programas não é consensual, prevalecendo durante muito tempo o entendimento de que o sucesso de um programa dependeria da eliminação total ou parcial da violência (Matos, 2006), apesar de autores como Dobash & Dobash (2000), há quase duas décadas, alertarem para a necessidade de os indicadores de avaliação se distanciarem das recidivas e aferirem os efeitos das intervenções em termos das crenças e ações dos infratores, e os programas serem avaliados em função da melhoria da qualidade de vida da mulher (Gondolf, 1993 *apud* Matos, 2006, p. 187). Nesse tocante, Scott (2004), fazendo uma revisão da literatura mundial sobre a eficácia dos programas na perspectiva dos homens, assinala que a questão da violência doméstica, por ser complexa, demanda a aferição de múltiplas fontes, como o autor, a vítima e o sistema que interveio no problema. Akoensi et al. (2013) reforçam a necessidade de que as avaliações incorporem uma variedade de fontes, triangulando informações.

Westmarland & Kelly (2012) aferiram o sucesso de “programas de base comunitária” (p. 1095), partindo de quatro perspetivas: homens que tinham participado e homens que estavam a participar num PAV, companheiras e ex-companheiras de agressores, equipes e entidades financiadoras dos programas. Concluíram que para as mulheres, o sucesso do Programa relaciona-se com a promoção da sua liberdade, de relações com maior parceria, escuta e compreensão e com uma paternidade positiva e segura. Os/As profissionais que executam os programas mencionaram que pequenas mudanças também deveriam ser consideradas sucesso.

Westmarland & Kelly (2012) propõem seis indicadores de avaliação da efetividade de um programa: (i) melhoria no relacionamento, fundado no respeito e na comunicação efetiva; (ii) aumento do “espaço de ação” (p. 1100) das mulheres, restaurando sua voz e habilidade de realizar escolhas, aumentando o seu bem-estar; (iii) segurança e liberdade em relação à violência (incluída a psicológica) para as mulheres e os seus filhos; (iv) parentalidade protetiva,

segura e compartilhada; (v) aumento, pelos homens, da consciência de si mesmos e dos outros, da compreensão do impacto da violência em suas companheiras e/ou seus filhos; (vi) e, em relação às crianças, uma infância mais saudável, em que se sintam escutadas e cuidadas. Usando estes indicadores, o Projeto *Mirabal* no Reino Unido documentou evidências de efetividade dos PAV (Kelly & Westmarland, 2015, p. 45).

Ademais, tais programas podem ter efeitos positivos colaterais, como contribuir para o encaminhamento de mulheres para serviços de apoio, realizar uma avaliação de risco de violência mais afinada, contribuir para um processo cultural e político mais amplo, de desconstrução da discriminação estrutural de gênero (Mackay et al., 2015, p. 32).

Akoensi et al. (2013) numa revisão sistemática da efetividade de PAV na Europa observaram efeitos positivos em todos, porém levantam algumas questões: (i) falta de evidências de que a opção por uma metodologia em detrimento da outra acarrete melhores resultados; (ii) grande mistura de abordagens, dificultando a identificação de componentes precisos de avaliação; (iii) ausência de programas adaptados a características específicas dos participantes; e (iv) avaliações que envolvem os/as organizadores/as dos programas, comprometendo a fiabilidade dos resultados. Concluem que, ao menos no contexto europeu, não podem afirmar o que funciona melhor, para quem e em que circunstâncias, exigindo-se um estudo mais aprofundado, orientado para a avaliação de impacto e com desenho metodológico experimental.

Nos EUA, Feder e Wilson (2005) realizaram uma meta-análise de pesquisas sobre a eficácia de PAV desenhados para o sistema de justiça, chegando a resultados inconsistentes – o que sustenta a necessidade de não implementar novos programas até os que já estão em funcionamento passarem por avaliações mais rigorosas.

Daqui se extrai a necessidade de ampliar o debate, além das recidivas dos autores, até porque esse indicador tem uma limitação séria: ter conhecimento da ocorrência de abuso, como já referiam Dobash & Dobash (2000).

Os resultados dos estudos de avaliação são controversos também no Brasil, revelando problemas de cariz metodológico. Silva (2016), numa amostra de 86 do total de 167 homens que participaram de um PAV, entre março e dezembro de 2015, concluiu que: 97,67% afirmou que, após o programa, seria improvável ou muito improvável bater na companheira e 84,88% disse que nada os levaria a agredir fisicamente a parceira. O estudo circunscreve-se a um serviço, as respostas dos participantes podem estar ligadas ao receio de afetar o seu processo criminal, e é possível que a atenção voltada para os HAV interfira na sua percepção sobre a VD

contra mulheres (Silva, 2016) e/ou aquela esteja influenciada pela desejabilidade social.

Este subcapítulo evidencia que os PAV possuem potencial para contribuir para a prevenção da violência e proteção das mulheres. A seguir, aproximo-me do objeto de estudo desta dissertação: o PAV do NAFVD.

CAPÍTULO 4. Representações e Práticas profissionais

Definidos os eixos essenciais para a compreensão do PAV do NAFAVD, neste capítulo apresento as opções epistemológicas assentes no construcionismo social. Assumindo que o conhecimento da realidade é representacional, produzido por processos de percepção e cognição do sujeito que a conhece, abordo a teoria da representação social e os processos que a geram (objetivação e ancoragem) (Moscovici, 2015) e depois, recorrendo à teoria da ação de Bourdieu (2005), refiro-me ao conceito de práticas sociais, que incluem as práticas profissionais.

4.1 Representação social e processos de objetivação e ancoragem

Enquanto teoria utilizada na compreensão do conhecimento e da ação do mundo (Doise, 2002), a representação social tem a sua génese nas formulações de Durkheim, que compreendeu que a formação da vida social é feita de representações coletivas, diversas e externas à individuais (Vala, 2002), deixando ao indivíduo pouca margem de ação diante das instituições (Porto, 2006).

Para Moscovici (2015), nas representações existe uma dinâmica entre indivíduo e sociedade que cria a realidade, razão pela qual não é coletiva, mas social. Nela, há duas funções. Uma permite tornar os objetos convencionais, para facilitar o que representa o quê (ex. o nariz escorrendo significa uma constipação) considerando a realidade moldada por convenções, sendo a conversação (discurso) uma “base comum de significância entre seus participantes” (Moscovici, 2015, p. 51). As representações sociais têm por função tornar familiar o que é não familiar, comum o que não é comum porque “a perda dos marcos referenciais” constitui-se numa ameaça insuportável para o ser humano (Moscovici, 2015, p. 56). A segunda função é prescritiva, no sentido de que as representações sociais se “impõem sobre nós como uma força irresistível eis que são “produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que correm no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (Moscovici, 2015, pp. 36- 37).

É possível, então, compreender as representações sociais como “teorias sociais práticas” (Vala, 2002, p. 462) que se constituem como um saber prático (Jodelet, 1984), que

remete para fenómenos psicossociais complexos, compreendidos apenas a partir da objetivação e da ancoragem (Moscovici (2015), dois processos conectados de forma intrínseca e não sequenciais (Vala, 2002).

Moscovici (2015) define a objetivação como a domesticação do que não é familiar, dando-lhe contornos de realidade. O processo de objetivação envolve: (i) a construção seletiva, na qual é selecionada a informação no universo do sujeito, o que dependerá do contexto, de acordo com as normas e valores sociais, envolvendo processos de redução e acentuação; (ii) a esquematização, onde “a cada elemento de sentido é atribuída uma imagem, o que permite a materialização de um conceito ou de uma palavra” e (iii) a naturalização, onde palavra e objeto são associados e o que era percepção se converte em realidade (Vala, 2002, p. 466).

A ancoragem permite tornar o não familiar em familiar, recorrendo a um sistema de categorização, onde se classifica e nomeia a partir de um conjunto de classes (Moscovici, 2015), não se constituindo em sucedâneo da objetivação, podendo precedê-la (Vala, 2012).

4.2 Das representações às práticas profissionais

No campo sociológico, até o século XX, a filosofia utilitarista lastreou as teorias da ação, dando ênfase à racionalidade dos indivíduos. No século XX, afastou-se o entendimento de uma visão atomista da sociedade, dando lugar a propostas teóricas de síntese (Pinto, 2011), com relevo para Bourdieu, Giddens, Beck e Habermas (Guerra, 2006). Ao exame das regularidades sociais acrescentou-se a análise dos processos sociais, com foco nas racionalidades dos sujeitos, numa reconciliação entre estrutura, práticas e representações sociais (Figura 2).

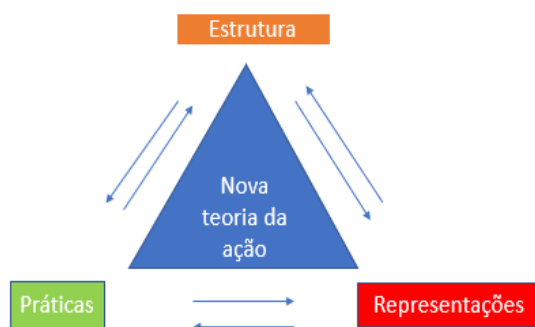


Figura 2 - A diversidade de paradigmas de entendimento do social. Fonte: Adaptado de Guerra (2006)
Universidade de Lisboa | Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas | Mestrado em Família e Género

A proposta de Bourdieu (2005) parece-me adequada aos objetivos deste estudo, mobilizando o conceito de *habitus*, enquanto estrutura relacional, na qual interagem condicionamentos sociais exteriores e subjetividade dos sujeitos e por isso conferem chaves para a compreensão da prática (Grenfell, 2018). A perpetuação do *habitus* está ligada à tensão entre construção teórica e prática, existindo sobre os agentes sociais, sobre os quais o *habitus* incide, mais oportunidades de sucesso enquanto grupo quanto maior a proximidade no âmbito das relações sociais e identificação nos interesses relacionados à posição na qual estão, posto que essa integração gera reconhecimento mútuo e projeto político partilhado (Bourdieu, 2005).

CAPÍTULO 5. Opções metodológicas: um olhar compreensivo do PAV do NAFAVD

Neste capítulo, introduzo a sociologia compreensiva como âncora que permite entender as experiências e os sentidos da ação social a partir dos atores e das atrizes no nível de suas interações quotidianas (Guerra, 2006; Kaufmann, 2013), num processo de interpretação que parte da confrontação do comportamento (as práticas profissionais) com um tipo ideal, que na aceção de Weber é o estudo de aspectos da vida social, selecionados pelo investigador e utilizados para observar a realidade (Janhke, 2011). Descrevo de seguida as opções por métodos e técnicas tidos como adequados para alcançar os objetivos.

Conforme expus, a literatura identifica perspetivas teóricas, metodologias e objetivos dos PAV, permitindo construir um tipo ideal para fins de compará-la com a realidade investigada, o PAV do NAFAVD, possibilitando desta forma que seja compreendido. Os sujeitos considerados como melhor posicionados para ajudarem a compreender o PAV do NAFAV são os/as que o aplicam – servidores/as públicos. Não tendo estado envolvidos/as nos processos de definição das bases teóricas e métodos de aplicação dos programas, constroem-nos e reconstroem-nos continuamente, por meio da sua aplicação empírica e quotidiana. Esta ação, mais ou menos crítica e mais ou menos informada, do ponto de vista dos conhecimentos teóricos de género e desigualdades, transforma os PAV. Assim, o objeto sociológico, o PAV do NAFAVD, será compreendido a partir de categorias nativas ou locais (Kaufmann, 2013), que exprimem o sistema de valores dos sujeitos – informantes privilegiados, permitindo-me conhecer a partir de seu ponto de vista e do contexto em que se encontram, como constroem a realidade. Considero que os/as servidores/as do PAV do NAFAVD “longe de serem recetores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (Moscovici, 2015, p. 45).

Para alcançar o objetivo de compreender o PAV do NAFAVD (no plano teórico), como é interpretado (no plano das representações sociais) e como é aplicado (no plano das práticas profissionais), à luz de um quadro teórico dos estudos de género (como representado na figura 3) recorri à entrevista estruturada autoadministrada, num primeiro momento, e depois a entrevistas semiestruturadas.

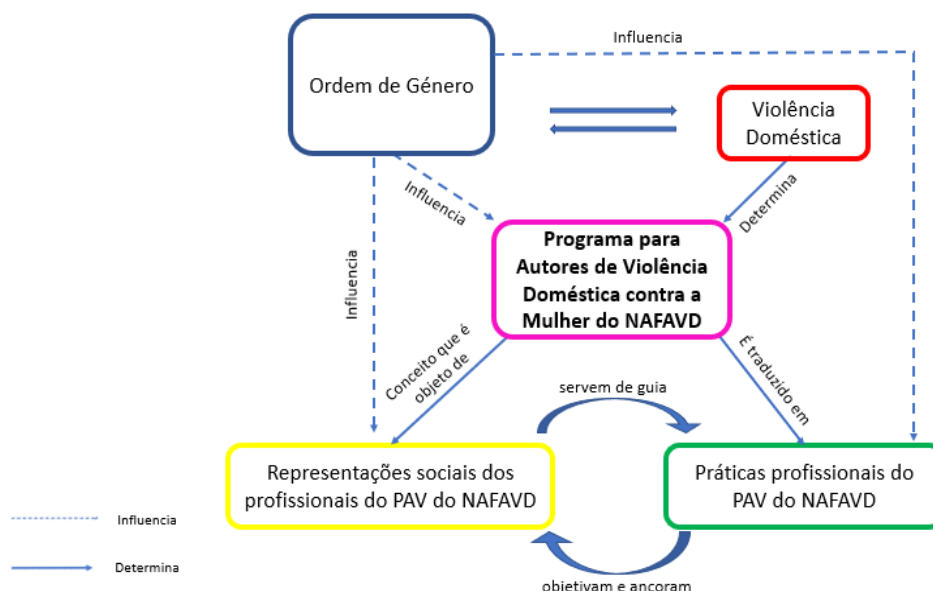


Figura 3 - Modelo de Análise: A ordem de género nas representações e práticas profissionais do PAV do NAFVD

A opção pela entrevista estruturada autoadministrada justifica-se pela distância física, à época da recolha de dados, entre entrevistadora (em Lisboa) e sujeitos de pesquisa (no DF/Brasil) e pela importância de obter inicialmente parâmetros de comparação, sem deixar de dar relevo à autonomia de cada um/a dos sujeitos para responder de acordo com o seu quadro de valores e experiência acumulada, com pouca interferência da investigadora (circunscrita à apresentação do objetivo da entrevista e à formulação das questões, cujos guiões são apresentados nos Anexos 2 e 3).

Na fase seguinte, recorreu-se a entrevistas semiestruturada conduzida pela investigadora e feita aos mesmos sujeitos (exceto dois: um/a por não possuir prática profissional na aplicação do PAV, embora a sua participação na fase inicial fosse essencial por ser um dos que possuía maior ligação ao processo de definição do PAV e outro/a por estar de férias à época da entrevista).

Em ambas, a entrevista permite, comparativamente a outras técnicas, a “análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados” (Quivy & Campenhoudt, 2017, p. 193). A amostragem teórica, com seleção intencional dos sujeitos, “convenientemente selecionada no universo (população) eleito”

(Marconi & Lakatos, 2003, p. 163) não é representativa nem pretende sê-lo³¹. A opção por este tipo de amostragem permite precisamente encontrar “sujeitos socialmente significativos” (Guerra, 2006), “pessoas mais ou menos típicas da categoria em estudo, que vivam determinada situação particular” (Nogueira, 2001, p. 34). O principal limite desta opção é a inviabilidade de generalizar os resultados obtidos, reconhecendo, ao invés, que os discursos são situados, no sistema de justiça, no início do ano 2019, no DF.

Os critérios de seleção dos/das participantes, não cumulativos, permitindo incluí-los na amostra foram: i) desempenho de cargo de chefia e/ou coordenação do NAFAVD; ii) experiência no atendimento, individual e grupal, a autores/as de violência contra as mulheres; iii) trajetória acadêmica na área dos estudos de género. Em específico o terceiro critério visa uma adequação ao propósito deste estudo - conhecer uma realidade a partir da ação social, a luz de um quadro teórico de género.

Comecei por pedir a colaboração de três informantes privilegiados/as, que devido ao seu conhecimento acumulado, deram um contributo fundamental no pré-teste do instrumento de recolha de dados (guião de entrevista). As suas respostas foram incluídas na amostra porque as alterações introduzidas no guião não foram substantivas, embora tenham sido muito importantes.

As representações sociais e práticas profissionais dos/das 7 sujeitos participantes no estudo são analisadas a partir do que eles e elas apresentam através da produção dos seus discursos, implicando transcrição integral dos dados. O tratamento dos dados seguiu a proposta de análise crítica de discurso, guiada pelo que “está implícito e explícito nos diálogos que constituem a ação social” (Nogueira, 2001, p. 22). As práticas discursivas são entendidas enquanto práticas sociais, que nascem de relações de poder concretas, num tempo delimitado, que indicam “certos efeitos que regulam e controlam a ordem social” (Nogueira, 2001, p. 28). Esta opção justifica-se por facilitar a criticidade da naturalização à hierarquia de género produzida pela sociedade. A análise crítica de discurso almeja o encontro de um discurso macro,

³¹ Na data da recolha de dados (novembro e dezembro de 2018, bem como janeiro e fevereiro de 2019), o DF tinha 9 núcleos do NAFAVD (universo ou população), razão pela qual escolhi um/uma profissional de cada núcleo, bem como um sujeito que participou da implementação do PAV do NAFAVD, cuja caracterização encontra-se no anexo 6. Não se logrou contactar profissional de um dos 9 núcleos, sendo realizadas entrevistas estruturadas autoadministradas a profissionais de 8 núcleos e a 1 profissional que participou da implementação do PAV do NAFAVD e atualmente não mais o aplica. Na sequência, selecionei uma amostra de 7 profissionais para as entrevistas semiestruturadas, pelos seguintes motivos: 1 dos sujeitos não estava disponível à data da recolha de dados, sendo que o outro não satisfazia os critérios definidos (aplicar o PAV do NAFAVD à época da recolha de dados).

que, por meio do indivíduo, revela os recursos sociais e culturais utilizados na atividade humana e é isso que interessa para atingir o objetivo deste estudo. Assim, será feita atendendo a três aspetos: (i) a função do discurso, onde poder e conhecimento se conectam, pressupondo que as pessoas produzem discursos de resistência ou de regulação a depender de como se relacionam com as questões de poder e de sujeição; (ii) contradições, permitindo identificar significantes dominantes e dominados, e também processos de resistência; (iii) e a constituição das ideias, trazendo discursos que fogem ao nosso controlo (Nogueira, 2001).

CAPÍTULO 6. Discussão de resultados: O PAV do NAFVD no discurso de suas atrizes e seus atores

Neste capítulo apresento os resultados recorrendo à análise crítica do discurso, que mais do que um método é também uma “perspectiva sobre a natureza da linguagem e da sua relação com questões centrais das ciências sociais” (Nogueira, 2001, p. 4).

No subcapítulo 6.1 percrusto responder ao primeiro objetivo. No subcapítulo 6.2 analiso os modos como o modelo teórico do PAV do NAFVD é interpretado pelos/as atores/atrizes e no subcapítulo 6.3, analiso o PAV do NAFVD na sua tradução em práticas profissionais, através da análise das ações de quem o pratica. Assim, busco aferir se o programa converge com as representações sociais de quem o aplica – procurando alcançar os segundos e terceiros objetivos desta pesquisa.

6.1 Dimensões, categorias e indicadores do PAV do NAFVD: construção de um modelo teórico a partir de um tipo ideal

Conforme assinalado no capítulo 3, os PAV ao redor do mundo foram se estruturando a partir de diferentes perspectivas teóricas, com impactos nas metodologias e objetivos adotados. Com base na literatura construí a tabela n. 1, com as dimensões, categorias, subcategorias e indicadores dos PAV. O resultado que aqui se apresenta é uma súmula de distintos programas, servindo de referência ou padrão face ao qual se vai por em perspectiva o PAV do NAFVD. O corpus de análise decorre dos dados recolhidos através da entrevista estruturada autoadministrada.

Tabela 1 - Modelo teórico dos Programas para autores de violência.

PROGRAMAS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA - PAV (objeto de estudo)			
DIMENSÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADOR
C A R A C T E R I Z A Ç Ã O D O S P A V	Perspectiva teórica	Modelo de orientação interior	Violência a partir de problemas psíquicos
		Modelo de ventilação	Violência como responsabilidade do casal
		Modelo sistêmico	Violência como produto das interações entre casal e o
		Modelo sensível ao discurso de género	Violência interpretada à luz do género
	Metodologia	Psicoterapêutica	Transformações ou mudança assente em modelos comportamentais, cognitivos, cognitivo-comportamentais, humanistas e sistêmicos
		Socioeducativa ou psicoeducativa	Método de ação integrado com o sistema de justiça/rede/formato grupal/objetivos amplos/contextos reflexivos e dialógicos
	Objetivos	Objetivos amplos	Menos focado no autor
		Objetivos dirigidos	Mais dirigido ao comportamento do autor
	Partes envolvidas	Autoria da violência	Sexo do/a autor/a Número mínimo e máximo de autores
		Equipa	Perfil técnico dos/as profissionais Número de profissionais Sexo dos profissionais Capacitação
	Técnicas de aplicação	Encaminhamento	Quem (instituição - Justiça ou outras) Forma (ou meio) (ofício ou outra/o) Momento processual (início, meio ou fim)
		Convocação	Tempo médio de espera Forma (ou meio) (correio, telefone ou outro) Quem (autor ou autor e vítima)
		Encontros	Faseado ou aglutinado Duração de cada encontro Periodicidade (semanal, quinzenal ou outra) Desligamento
		Avaliação do programa	Avaliação interna Avaliação externa Avaliação mista

Fonte: Elaboração própria (Manita, 2005; Amado, 2014; Beiras, 2014; Stock, 2018)

No caso do DF, os discursos (escritos) dos/as 9 sujeitos que responderam às questões da entrevista autoadministrada revelam o uso de recursos linguísticos que remetem para o enquadramento da VD à luz do género, sugerindo assim uma perspetiva teórica assente num modelo sensível ao género (Tabela 2).

Tabela 2 - Análise da Perspetiva Teórica do PAV do NAFVD

Informante	Referências explícitas ao discurso
1	“CEDAW”; “Convenção de Belém do Pará”; “Lei Maria da Penha”; Perspetiva de género
2	“Perspetiva feminista de género”; “Masculinidades, feminilidades, raça, classe, etnia”
3	“IV Conferência Mundial sobre a Mulher”; “Lei Maria da Penha (artigos 35 e 45)”
4	“Intervenção no âmbito psicossocial orientada pela perspetiva de género e Direitos Humanos”; “Perspetiva sistémica”
5	“Perspetiva de género, Direitos Humanos e estudos feministas”
6	“Lei Maria da Penha”; “Perspetiva feminista de género”
7	“Perspetiva feminista de género e Direitos Humanos”; “Lei Maria da Penha”; “Interseccionalidades entre raça, género e classe social”.
8	“Perspetiva feminista de género”
9	“Reflexões acerca das questões de género”
Modelo teórico x saber local	Perspetiva teórica orientada para um modelo sensível ao género

Na tabela 2 constam as expressões utilizadas pelas/os sujeitos para se referirem a perspetiva teórica do PAV do NAFVD. O que nos permite considerar que concebem a violência à luz das relações (desiguais) de género, uma vez que: (i) 4 mencionam dispositivos legais, com essa base, incluindo internacionais e nacionais (ex. CEDAW, Convenção de Belém do Pará, LMP); (ii) 5 fazem menção explícita à expressão “feminista”, 3 a Direitos Humanos e 2 a marcadores como raça, género e classe social.

A totalidade das/os informantes usou o conceito género. Apenas a/o informante 4 mencionou a perspetiva sistémica, mas associada a intervenção psicossocial de género e de Direitos Humanos, ao indicar que a expressão “sistémica” está mais ligada a metodologia do programa do que a uma normativa que o estrutura.

Face aos resultados é possível inferir que o PAV do NAFVD se classifica dentro do modelo sensível ao discurso de género, seguindo a tendência dos PAV no Brasil (Beiras, 2014) e no contexto latino-americano (Toneli et al., 2010).

A metodologia psicoeducativa, das mais recorrentes na maior parte dos PAV (Manita, 2005) emerge também no PAV do NAFVD marcada pelos indicadores: (i) integração com a rede; (ii) formato grupal; (iii) técnicas reflexivas, reeducativas e dialógicas (Acosta, Andrade Filho & Bronz, 2004; Acosta & Bronz, 2014; Manita, 2005; Stock, 2018) (Tabela 3).

Tabela 3 - Análise da metodologia do PAV do NAFVD

Informante	Referências explícitas ao discurso
1	Há integração, mas sem protocolo
	Parte do acompanhamento é grupal (“O grupo reflexivo acontece em 12 encontros”; “Cada encontro reflexivo é temático”).
	Perspetiva de Psicoeducação (Depen)
	Programa psicossocial (profissionais da psicologia, serviço social e pedagogia)
2	Há integração com a rede de enfrentamento à VD e demais serviços da rede local
	Acompanhamento/intervenção psicossocial (profissionais da psicologia, serviço social e pedagogia)
	Parte do acompanhamento é grupal (Informante usa a expressão grupo reflexivo e trocas dialógicas)
	Intervenção interdisciplinar, reflexiva e reeducativa
3	Integração com a rede de saúde mental dos homens
	Acompanhamento psicossocial num contexto reflexivo
	Parte do acompanhamento é grupal (Informante usa a expressão grupos reflexivos psicoeducativos)
4	Articulação ativa com a rede local
	Acompanhamento/intervenção psicossocial (profissionais da psicologia, serviço social e pedagogia)
	Parte do acompanhamento é grupal. O informante usa a expressão grupos de homens e utiliza por diversas vezes a expressão reflexão relacionada a conflitos e violência.
5	Há integração com a rede local, com reuniões mensais, onde há estudos de casos
	Suportes metodológicos pedagógicos provocativos (propostas e recursos dialógicos para promover a reflexão e aprofundamento de temas)
	Intervenções/acompanhamento psicossociais, multidisciplinares e reflexivas, onde a violência é considerada do ponto de vista cultural, estrutural, interacionista e da psicopatologia (profissionais da psicologia, serviço social e pedagogia)
	Parte do acompanhamento é grupal (a informante usa a expressão “grupo reflexivo” e “acompanhamento reflexivo”)
6	Rede não demanda serviços, embora seja usada para encaminhamento dos autores
	Acompanhamento psicossocial/intervenção interdisciplinar, reflexiva e reeducativa
	Parte do acompanhamento é grupal
7	Integração com a rede local de enfrentamento à VD, por meio de reuniões
	Reflexões sobre violência, poder e género
	Acompanhamento individual e em grupo (profissionais da psicologia, serviço social e pedagogia)
8	Integração com a rede local
	Atendimento/acompanhamento psicossocial (profissionais da psicologia, serviço social, direito e pedagogia)
	Parte do acompanhamento é grupal. O informante usa a expressão “grupo reflexivo” e faz menção ao “método dialógico”.
9	Há integração com a rede
	Acompanhamento psicossocial
	Parte do acompanhamento é grupal, com práticas reflexivas e reeducativas sobre género e violência. O informante usa a expressão “grupo de homens”
Modelo teórico x saber local	Metodologia psicoeducativa

O indicador, integração com a rede, está presente explicitamente no discurso de 8 das/os 9 informantes, indicando que o PAV do NAFAVD assenta numa lógica colaborativa entre agências que intervêm no fenómeno da violência doméstica contra a mulher. 5 informantes vão mais longe acentuando que a articulação é feita a nível local. O/A informante 1 acrescenta um elemento importante referindo que não há protocolo entre o PAV do NAFAVD e os restantes elementos da rede de enfrentamento à VD, convergindo com a narrativa da/o informante 6 que, por sua vez, alude à falta de comunicação entre serviços, o que se revela problemático, uma vez que a literatura aponta que a prevenção à VD está atrelada a ação coordenada com os serviços de apoio às vítimas (Cerejo, 2017; Harris et al, 2017).

O segundo indicador, o formato grupal, é dominante pois das/os 9 informantes, 5 usam a expressão “grupos reflexivos” e 2 “grupos de homens”, expressões recorrentes na literatura brasileira, sugerindo uma valorização na (auto)reflexão também como forma de contextualizar a narrativa pessoal (do domínio do privado) nos temas propostos pelos/as profissionais no grupo (Acosta & Bronz, 2014; Toneli et al., 2010; Beiras & Bronz, 2016). Esta análise permite identificar o cruzamento entre discursos assentes em experiências pessoais e familiares e expectativas sociais, sugerindo a existência de discursos produzidos pelos homens e acedidos pelos/as profissionais por meio de metodologias psicoeducativas.

Esta análise sai reforçada quando procuro dados para o indicador 3, referente às técnicas usadas: reflexivas, dialógicas e reeducativas. A referência ao uso de técnicas reflexivas emerge na narrativa de 8 das/os 9 informantes; 3 mencionam práticas reeducativas e 2 técnicas dialógicas. Importante também é assinalar que as expressões “psicoeducação” e “psicoeducativa” surgem na narrativa de 2 informantes.

Algo que chama à atenção é a associação pelas/os 9 informantes da expressão psicossocial às expressões programa, acompanhamento e intervenção. Esse conteúdo psicossocial, muito marcado nos discursos, segundo os/as próprios/as informantes, se dá em razão de uma presença preponderante de profissionais das áreas da psicologia, serviço social e pedagogia. Desta análise resulta, com clareza, que o PAV do NAFAVD assume uma metodologia psicoeducativa, na esteira das intervenções pioneiras no Brasil com HAV, desenvolvidas por Acosta & Bronz (2014).

Doravante examino os objetivos, partindo do modelo teórico e, por exemplo de Manita (2005), quando assevera que programas com caráter psicoeducativo ou socioeducativo tendem a definir objetivos amplos e menos focados no autor, enquanto as metodologias psicoterapêuticas favorecem a definição de objetivos centrados nas motivações e processos

associados às trajetórias de violência de cada indivíduo.

A análise dos discursos (escritos, recorde) assume agora uma natureza dicotômica dividindo os objetivos dirigidos ao comportamento do autor e, por oposição, objetivos dirigidos a temas mais amplos e não ao autor, em específico (Tabela 4).

Tabela 4 - Análise dos objetivos do PAV do NAFVD

Informante	Referências explícitas ao discurso	
	Objetivo dirigido	Objetivo amplo
1	“promover a responsabilização pelas violências e atos praticados”	Oferecer espaços de escuta qualificada; propiciar reflexões sobre questões de gênero e desigualdade entre homens e mulheres; conscientizar sobre a Lei Maria da Penha; fortalecer a rede de apoio social; favorecer a desconstrução de valores e práticas machistas; contribuir para rompimento do ciclo de violência; colaborar na construção de alternativas não violentas para a resolução de conflitos e fomentar a efetivação dos direitos humanos, cidadania e cultura de paz”.
2		Desenvolver intervenções interdisciplinares e reflexivas a partir de perspectivas feministas e de gênero e direitos humanos; realizar trabalho de responsabilização, reeducação e reflexão; favorecer a construção de formas assertivas para a resolução de conflitos e superação da dinâmica relacional violenta.
3		Oferecer acompanhamento a autores e autoras de violência contra as mulheres tipificadas na Lei 11.340 - Lei Maria da Penha. Promover a responsabilização dos autores e autoras em um contexto reflexivo que favoreça a construção assertivas e não violentas para a resolução de conflitos familiares.
4	“Responsabilização pessoal sobre condutas violentas”	Escuta acolhedora, construção de autonomia, problematizar questões de gênero, reflexão sobre relações domésticas e familiares; resolução não violenta de conflitos
5	“Se esforçar para não reincidir”	Promover uma cultura de equidade entre os gêneros, educação cidadã voltada para ciência de direitos das mulheres; contribuir para a desconstrução do machismo; proteção das mulheres
6		Intervenções interdisciplinares e reflexivas sobre gênero e direitos humano; realizar trabalho de responsabilização, reflexão e reeducação; favorecer a construção de formas assertivas para resolução de conflitos e superação da dinâmica relacional violenta; articulação com a rede
7	“Responsabilização pelas violências praticadas”	Reflexões sobre gênero, violência, machismo, feminismo; orientações sobre a LMP, noções de ciclo da violência, transformação de práticas e valores machistas, soluções alternativas para solução de conflitos, articulação com a rede
8	“Reconhecer a violência que praticou”	Compreender os diversos tipos e violência; desnaturalizar a violência doméstica; construção de masculinidades possíveis, origem dos comportamentos violentos
9	Responsabilização pelos atos praticados	Espaço de escuta; reflexões sobre gênero; conscientizar sobre LMP fortalecer rede de apoio social; contribuir para o rompimento do ciclo da violência doméstica; construção de soluções alternativas ao conflito; fomento dos DH, cidadania e cultura de paz
Modelo teórico x saber local	Objetivos amplos ou menos diretivos	

O PAV do NAFVD, nos discursos escritos dos/das informantes, emerge como estando estruturado com objetivos amplos, voltados à reflexão sobre género, violência e direitos humanos, conscientização sobre a LMP e construção de técnicas de comunicação não violenta, apesar de 6 das/os 9 informantes mencionarem o propósito de o autor da violência ser responsabilizado pela prática da violência contra a vítima.

Dedicando atenção à categoria “partes envolvidas”, incluindo as subcategorias “autor da violência” e “equipa” que atende os autores, temos chance de compreender um pouco melhor como se relaciona a perspectiva teórica e a metodologia. A análise dos dados (Tabela 5) sugere que o PAV do NAFVD se alinha teoricamente à proposta da LMP, compreendendo a VD como expressão da violência de género e contra as mulheres (Almeida, 2007), reconhecendo assimetrias nos capitais sociais e históricos da mulher (Bandeira, 2014) e, de forma coerente, definindo metodologias de intervenção dirigidas aos autores homens, organizando o trabalho em formato grupal, de forma exclusiva para eles.

As/os 9 informantes mencionam a inexistência de grupos para autoras mulheres, que são atendidas individualmente. Os grupos do PAV do NAFV são compostos por 10 a 15 homens, característica coerente com o formato reflexivo/responsabilizante, que aloca no espaço grupal um espaço importante de troca de experiências (Lattanzio & Barbosa, 2013), numa dinâmica interacional.

Quanto à equipa que faz o atendimento dos autores, as/os informantes deixam claro que se trata de uma dupla integrada por profissionais das áreas da assistência social, psicologia e pedagogia, embora outros/as profissionais possam integrar esta equipe, conforme assinala a/o informante 8. Apesar da composição da equipa, o discurso das/os profissionais sugere que somente a psicologia, o serviço social e a pedagogia são áreas ligadas à intervenção psicossocial. Interessante é notar que não há exigência quanto ao sexo dos/as profissionais, que são nomeados/as por concurso público (Anexo 6). Sendo verdadeiro que as controvérsias sobre o sexo do/a profissional e seu impacto nas reflexões provocadas em grupo não ganhou centralidade nas pesquisas científicas (Costa & Baptista, 2019), também é verdade que o debate está aberto e esta discussão aparece nos dados recolhidos, relacionada às resistências dos autores de violência no engajamento ao grupo.

Outro estudo teria de ser desenvolvido para dar conta deste objetivo (que não integra o atual estudo), pois um detalhe que chama à atenção nas equipas é serem predominantemente femininas. Das/os 9 informantes, 7 são mulheres, o que evidencia que o PAV do NAFVD também se comporta dentro de um processo de acumulação com base no género e produz (e

reproduz) divisão sexual do trabalho (Connel & Pearse, 2015), com as profissões do cuidar a manter-se predominantes feminizadas.

Assim, importaria refletir aprofundadamente acerca de algumas questões: o PAV do NFAV, como programa que se constrói com recurso a profissões ligadas ao cuidado (psicologia, pedagogia e assistência social), *locus* historicamente feminino, acaba por se tornar num espaço pouco permeável a presença masculina nas equipas. Será que a tónica do cuidado influencia a visão para o programa e a feminização das equipas influencia as práticas profissionais? Será que a tónica do cuidado tem capacidade transformadora das relações de género? Será este fato (resultado da presumida neutralidade de género na esfera profissional, reforçando a ideia de que só às mulheres interessa discutir género e só elas se envolvem na transformação das relações de género?

Numa perspetiva mais pragmática, os discursos também revelam que as equipas não recebem capacitação³² ou formação de forma regular, apenas com carácter “esporádico”, e muitas vezes resultado de iniciativas da própria equipa, promovendo reuniões mensais (informantes 2 e 4) ou semanais, nas “sextas de equipe” (informante 5, 8 e 9), onde buscam alinhamento da atuação profissional.

³² A expressão capacitação é utilizada para se referir às ações de formação das equipas.

Tabela 5 - Análise das partes envolvidas do PAV do NAFVD

Informante	Referências explícitas ao discurso (partes envolvidas)						
	Autor			Equipa			
	Sexo		Max. e Min. grupo	Perfil técnico	Número	Sexo	Capacitação
1	homens e mulheres	Só há grupos para homens	12 a 15 autores	Especialistas (Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) + agente social	Uma dupla de especialista e um agente social	Concurso não exige sexo	Esporádica
2	homens e mulheres; inclusão de mulheres em grupo depende de decisão da equipa		10 a 15 autores	Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos	Equipe com no mínimo uma pessoa de cada especialidade	Não respondeu	Esporádica e reunião mensal para discussão técnica, estudo de casos e avaliação de rotinas
3	homens e mulheres, mas desconhece grupo para mulheres ou mistos		12 em média	Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
4	Homens e mulheres	Só há grupos para homens	12 a 15 autores	Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos	Equipe mínima: 3 especialistas e 1 agente social	Concurso não exige sexo	Esporádica. Reuniões de equipe mensais.
5	Homens e mulheres	Mulheres autoras – grupos de vítimas	12	Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos	Atendimento individual e em grupo por 2 especialistas de áreas distintas	Concurso não exige sexo	Esporádica. Há as “sextas de equipe”.
6	Homens e mulheres, mas nunca atendeu mulheres		12	Especialista e agente social	Atendimento individual por um especialista e em grupo por 2 especialistas ou 1 especialista e 1 agente social	Não respondeu	Esporádica
7	homens e mulheres	só há grupos para homens	14 em média	Especialistas (Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) + agente social	Atendimento individual por um profissional e em grupo por dois especialistas	Não definido	Esporádicas e superficiais
8	homens e mulheres	só há grupos para homens, estão a pensar em grupos para mulheres	12 a 15 autores	Especialistas (Assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e pessoas formadas em Direito) + agente social	Dois especialistas, preferencialmente de áreas diversas ou um especialista e um agente social	Concurso não exige sexo	Esporádica. Há as “sextas de equipe”.
9	homens e mulheres	só há grupos para homens	10 a 15 autores (12 em média)	Especialistas, agente social e estagiário	Dois especialistas, um agente social e um estagiário	Não respondeu	Sem capacitações estruturadas. Há “as sextas de equipe”.
Modelo teórico x saber local	Equipe psicossocial e multidisciplinar com foco no atendimento de autores homens						

Quanto às “técnicas de aplicação” do PAV do NAFVD, os dados reflectem um modelo “integrado ou coordenado” (Day et al., 2009, p. 204) pois os autores são sobretudo encaminhados pelo sistema de justiça (Tabela 6), numa aproximação com o Programa *Duluth*, cujo pressuposto é que um programa com força para promover mudanças demanda integração com as redes de enfrentamento à VD (Costa, 2011; Stock, 2018). A forma de encaminhamento não segue um padrão, sendo por ata de audiência ou ofício, sugerindo inter-relação com o momento do processo judicial, apesar de isso não estar definido. Essa falta de uniformidade parece ser moldada por tensões macro, onde “a constatação de diversidade de expectativas e interesses quanto à construção de uma política pública voltada para os HAV, demonstra a dificuldade de se criar consensos nesta temática” (Amado, 2017, p. 229). Lembro que ainda hoje há uma discordância entre os operadores da LMP e o movimento de mulheres no que diz respeito a rotinas de processos criminais relacionados a crimes de VD, o que tem produzido “ressonância e irritação no sistema jurídico, no sistema política e nos subsistemas criminológicos” (Machado & Agnello, 2017, p. 1823), com impactos sobre como e quando encaminhar os/as autores de VD contra a mulher.

Tabela 6 - Análise das técnicas de aplicação do PAV: encaminhamento

Informante	Referências explícitas ao discurso (encaminhamento)		
	Quem	Forma	Momento Processual
1	Sistema de justiça	Ata produzida em audiência judicial	Não definido
2	Sistema de justiça e outros	Procedimento criminal	Não definido
3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
4	Sistema de justiça e demais atores da rede	Termo de audiência ou ofício	Não definido, mas com predominância do <i>sursis</i> processual
5	Sistema de justiça	Ofício	Não definido, com predominância em MPU
6	Sistema de justiça, demanda espontânea e demais atores da rede	Pessoalmente ou ofício	Não definido
7	Sistema de justiça	Ata de audiência	<i>Sursis</i> processual na grande parte dos casos
8	Sistema de justiça e demanda espontânea	Não respondeu	Não definido
9	Sistema de justiça e rede como CREAS e CRAS	Ofício ou termo de audiência	Não definido
Modelo teórico x saber local	Modelo “integrado” ou coordenado		

Depois do que ao longo das páginas precedentes se foi construindo e da importância que foi sendo atribuída ao contexto, analisamos as técnicas de aplicação do PAV do NAFAVD: convocação do autor, encontros, equipa e avaliação do programa, deixando emergir o contexto, apesar de analisar a importância que poderá ter para um programa como o PAV do NAFAVD.

Verifica-se certa uniformidade na convocação dos autores, em geral chamados a participar no grupo por telefone ou correio. Independentemente do método de convocação do autor, estes tendem a permanecer entre três meses e um ano à espera de iniciar o PAV, o que pode constituir óbice para a proteção das mulheres, antes de mais e também uma barreira para a perceção de eficiência da justiça e de eficácia do encaminhamento para o PAV, quer por parte da população em geral quer, principalmente, por parte das mulheres. Este é mais um tema que fica enunciado neste estudo merecendo também posterior aprofundamento.

No que diz respeito aos encontros, os discursos não são consensuais. Se os encontros individuais variam de 2 a 4, com duração de 45 a 60 minutos, os encontros grupais vão de 10 a 13, com duração entre 90 e 150 minutos cada. No discurso dos 9 informantes existe consenso em relação à periodicidade, semanal, e à forma de desligamento, ocorrendo com três faltas.

A heterogeneidade nas técnicas de aplicação do PAV do NAFAVAD pode sugerir agência dos profissionais, com poder para adequar a intervenção às realidades locais; pode ser efeito da estrutura, sem contigenciamento de verbas e ações para alternativas penais e programas para autores de violência (Amado, 2014; Brasil, 2018). Os dados confirmaram a existência de manual de atuação, construído pelos profissionais do PAV do NAFAVD, que, no entanto, continua pendente para publicação, dando margem a atuações locais casuísticas. Se, por um lado, a adequação ao local pode ser favorável, contribuindo para a eficiência e talvez para a eficácia do PAV do NAFAV, por outro lado, a atuação sem uniformidade aumenta a margem de subjetividade e eventual influência de crenças, valores e ideologia dos/das servidores/as nas suas práticas profissionais.

Os dados permitem ainda constatar que não existe avaliação externa do PAV do NAFAVD, apenas iniciativas pessoais desenvolvidas com o objetivo de suprir o que é entendido pelos/as servidores/as como inércia do poder público para estabelecer critérios objetivos. São práticas ilustrativas do que se afirmou, a do/da informante 5, que construiu um instrumento de *follow up* com os autores de violência, chamando-lhe “questionário avaliativo” e a da/o informante 8, que mencionou avaliação feita por outro setor, não o da justiça, recorrendo a “emojis” para avaliar o grau de satisfação dos autores com o serviço prestado. Apesar de criativas, as práticas referidas pelos/as entrevistados/as não são consistentes, nem estão

cientificamente balizadas. Mais, traduzem uma avaliação unilateral: dos autores de violência acerca do programa do qual eles são destinatários mas que, na realidade, tem nos seus objetivos prevenir a violência e proteger as mulheres vítimas.

Tabela 7 - Análise das técnicas de aplicação do PAV do NAFVD (convocação, encontros e avaliação)

Informante	Referências explícitas ao discurso (técnicas de aplicação)					
	Convocação do autor		Encontros			Avaliação do Programa
	Tempo médio de espera em 2017	Forma	Duração	Periodicidade	Desligamento	Instrumentos internos
1	6 meses	Telefone e correio	4 meses (2 a 3 atendimentos individuais de 45' cada e 12 encontros em grupo de 90' cada)	Um por semana	3 faltas	Não há
2	3 a 6 meses	Telefone, correio e setor de diligências do MPDFT	3 meses (3 atendimentos individuais de 60' cada e 10 encontros em grupo em média de 120' a 150')	Um por semana	3 faltas	Não há
3	Não se aplica	Não se aplica	3 meses (3 atendimentos individuais e 10 encontros em grupo em média de 120' cada)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
4	6 meses	Telefone e correio	3 a 4 meses (3 atendimentos individuais de 60' e 8 em média em grupo de 120' cada)	Três por mês	3 faltas	Não há
5	1 ano	Telefone e correio	3 meses (4 atendimentos individuais de 50' e 12 encontros em grupo em média de 120' cada)	Um por semana	3 faltas	Não há
6	4 a 6 meses	Telefone	Variável – ver na entrevista (10 sessões em grupo de 1h40' e encontros individuais de 50')	Um por semana	3 faltas	Não há
7	8 meses	Telefone	3 a 4 meses (1 a 3 atendimentos individuais de 60' e 13 encontros em grupo em média de 120' cada)	Um por semana	3 faltas	Não há
8	11 meses	Telefone	4 a 6 meses (4 atendimentos individuais de 45' e 9 a 12 encontros em grupo em média de 120' cada)	Um por semana	3 faltas	Instrumento simples de <i>follow up</i> com autores
9	6 a 8 meses	Telefone e correio	3 meses (2 a 3 atendimentos individuais de 50' e 10 encontros em grupo em média de 120' cada)	Um por semana	3 faltas	Não há
Modelo teórico x saber local	Técnica mista, com ênfase no formato grupal de curta duração					

*2017 é o ano de referência apesar dos dados terem sido coletados entre final de 2018 e início de 2019

Ao fim deste subcapítulo, é possível inferir, a partir dos discursos dos/das 9 servidores/as, que o PAV do NAFVD assenta numa perspectiva teórica de género, privilegiando o recurso a uma metodologia psicoeducativa para cumprir objetivos amplos (menos diretivos); assume um modelo integrado com o sistema de justiça, que se vale de equipas multidisciplinares, apesar de predominantemente com especialidade na áreas do psicossocial; utilizando técnicas de intervenção mista, de curta duração, sobretudo num formato grupal, atendendo autores do sexo masculino (Tabela 8).

Tabela 8 - Modelo teórico do PAV do NAFAVD

Perspetiva teórica	Modelo sensível ao discurso de género
Metodologia	Psicoeducativa
Objetivo	Amplos ou menos diretivos
Partes envolvidas	Equipe psicossocial com foco no atendimento de autores homens
Técnicas de aplicação	Modelo integrado com o sistema de justiça. Técnicas mistas com ênfase no formato grupal de curta duração

A seguir, busco identificar as representações sociais dos/das profissionais que, através das suas práticas, tornam concreto o PAV do NAFAVD. Pretendo compreender se ou até que ponto as representações se refletem nas práticas profissionais. As entrevistas semidiretivas com 7 dos/das 9 servidores foram efetuadas para que se aprofundassem alguns pontos e/ou esclarecessem aspetos menos claros nos dados recolhidos na fase anterior. A presença da investigadora, entrevistadora em todos os casos, bem como sua relação profissional anterior com os/as profissionais, facilitou a entrevista dirigida com este fim, ao mesmo tempo que motivou os/as servidores/as a aprofundarem as ideias expressas na fase anterior.

6.2 Entre representações e práticas profissionais: influências da ordem de género

Este subcapítulo é dedicado à análise das representações sociais transmitidas por meio do discurso (oral), incluindo pontos de vistas censurados ou mudos (Guerra, 2006). Pontuei no subcapítulo precedente que o PAV do NAFAVD é apresentado no discurso escrito dos profissionais que o executam como um programa sensível ao discurso de género, assente numa metodologia socioeducativa ou psicoeducativa, distanciando-se, portanto, dos modelos psicológicos, que associam violência a problemas individuais, a responsabilidade do casal, a interações do casal com o meio, valendo-se de metodologias centradas no indivíduo (Manita, 2005).

Para percorrer o processo de objetivação e ancoragem das representações sociais das/os profissionais do PAV do NAFAVD recorri à identificação da origem dos conceitos por eles/elas mencionados quando tentam dotar o PAV de sentido, como foram reconstruídos e quais as figuras e modalidades utilizadas para torná-los familiares (Vala, 2002).

Ao serem instadas/os a refletir sobre a perspectiva teórica que os/as guia e a prática dela decorrente, 3 das/os 7 entrevistadas/os (1, 6 e 7) relembrouam a origem do PAV, marcando-a como de base psicoterápica. A/O informante 7 destaca que, inicialmente, havia

“um viés muito de psicoterapia. O olhar era muito individualizado na relação. E eu mesma cheguei a fazer atendimento de casal várias vezes, sem experiência nenhuma, mas chamava, era um ringue que acontecia na minha frente, né, daquele homem e daquela mulher quase se batendo na minha frente, a gente tinha que chamar a segurança às vezes. Horrível. (...) Éramos todos jovens, psicólogos, recém formados, praticamente só psicólogos na época.”

A/O informante 1 adensa a reflexão ao referir que, ao longo do tempo, a perspectiva “psi” do PAV do NAFVD passou a ser questionada, suscitando debates na equipe: “sempre tinha esse embate teórico com” X. X “falava a gente é psicólogo judicial. Aí eu falava: eu não acho que a gente seja.”

Provavelmente a entrada em vigor da LMP, no terceiro ano do NAFVD, suscitou reflexão ao trazer ao cotidiano das profissionais do PAV novo paradigma, consubstanciado no fato de a LMP tratar a VD contra a mulher como violência de género e alçá-la a uma violação de Direitos Humanos, como problema público, estrutural, multifatorial, isto é, descolado de patologias individuais (Costa, 2011) e exigindo abordagens práticas compreensivas, no sentido de abrangentes ou holísticas. Na realidade, nas entrevistas, a LMP surge como marco teórico delimitador da atuação dos profissionais. O discurso da informante 7 é muito explícito, ao mencionar que a LMP é sua baliza teórica, implicando trabalhar “com os homens os cinco tipos de violência previstas na lei.”

A interpretação do fenómeno da violência e os novos conceitos trazidos pela LMP, em específico o género, ganharam familiaridade e sedimentação entre os/as profissionais do NAFVD por meio de ações formativas individuais e coletivas, cuja iniciativa não foi num formato estruturado e destinado a esse fim, mas por interesse pessoal dos/das profissionais. Nestes espaços, é que se encetou a ampliação do olhar sobre o fenómeno da violência, conforme se ilustra:

“com a primeira capacitação já começou a abrir um pouquinho, assim, o olhar, mas para mim foi uma supervisão que pagamos na época, a gente chamou uma profissional (...) foi ela quem começou a trazer pra gente o olhar do atendimento psicossocial e o olhar do género”. (Informante 7)

“quando eu conversei com uma ONG (...) foi super esclarecedor (...) eu não sei te dizer exatamente o que mudou na minha prática, mas a gente começou a trabalhar muito mais essas questões da dimensão do poder nas estruturas depois do que a gente viu lá”. (Informante 8)

“essa minha formação, os meus estudos de género, contribuíram para articular o programa e ajudar a equipa a estruturar melhor o programa de forma que fosse garantido um atendimento com a perspetiva de género”. (Informante 2)

Considero que a fala das/dos informantes evidencia uma reconstrução da origem “psi” do PAV do NAFVD, passando a assumir uma perspetiva teórica de género. A LMP constituiu-se marco e origem da assimilação de recursos linguísticos, cujo reforço e sedimentação se deu por meio de capacitações da equipa. No entanto, conquanto o conceito de género apareça como pedra angular nas intervenções com os autores de violência, as ações cotidianas revelam que não há clareza sobre o que seria essa prática baseada no género. Como pondera a/o informante 2, “atender incorporando uma perspetiva de género não é dar uma aula sobre género.” Acrescenta que as discussões de género estão centradas nos “papéis de género”, dando-se pouca ênfase a “outras dimensões da desigualdade”. A/O entrevistada/o 7 confirma-o, afirmando “se a gente for falar sobre papéis de género, estereótipos, é tranquilo, eu acho que todo mundo de alguma forma trabalha isso, (...), mas quando a gente discute relações de poder...” terminando seu raciocínio com silêncio, a sugerir que discussões mais contundentes, que problematizam relações de poder entre homens e mulheres e entre *os* homens e entre *as* mulheres ainda não permeiam toda equipa, o que é confirmado pela/o informante 5, quando menciona que a perspetiva de género mais crítica com abordagem do homem não só como “reprodutor da violência contra a mulheres”, mas também no campo de masculinidades “marginalizadas”, onde se produz o rechace à homossexualidade, não é “uma base geral do NAFVD”.

O trabalho com outros marcadores que produzem desigualdade, como o racismo só foi encontrado como tema na fala da/o informante 7. Por outro lado, quando traz à tona o tema das masculinidades, cinge-o ao âmbito da conjugalidade, por se constituírem no maior contingente dos atendimentos:

“a gente tem trabalho sexualidade, que também volta para as questões de género e racismo. Normalmente a sexualidade e racismo vem depois. (...) a questão das masculinidades depende do grupo. (...) Senão acaba ficando nas questões da conjugalidade mesmo”.

Nas práticas do PAV do NAFVD existem poucos elementos de uma perspectiva feminista interseccional, que considera na articulação com o género outras formas e graus de dispositivos opressivos (Dias, 2015). Encontra-se aqui uma “despolitização do conceito de género” (Beiras & Cantera, 2014, p. 31) por meio do seu uso por diversos setores muitas vezes associado ao lugar de atribuições masculinas e femininas, numa ênfase da perspectiva de papéis sociais, como se o relacional do género se referisse a homens e mulheres de forma complementar e não ao masculino e ao feminino numa relação de dominação/subordinação (Arihla, 2010, p. 50). O PAV parece movimentar-se numa matriz “cis-heteroconforme e colonial” (Gomes, 2018, p. 344) produzindo silenciamentos sobre as relações de género cruzadas com as questões de raça e de corpos dissidentes, cujas gramáticas de género e sexualidade se distanciam da heterossexualidade compulsória (Pereira, 2015).

Aspetos de um feminismo liberal, no qual a desigualdade de género centra-se com mais força nas relações familiares e com menos intensidade nas relações de género entabuladas em todas instâncias da organização social, em especial do Estado, (Amancio, 2003; Piscitelli, 2009; Connel & Pearse, 2015; Dias, 2015) são encontrados na entrevista da/o informante 6, ficando explicita a interpretação da violência:

“a briga é relacional. Então, se uma das partes, por exemplo, não vai para o embate, a chance de não ter a grande briga diminui. Nem sempre, mas diminui”.

A mitigação do viés interseccional e das discussões da comunicação não violenta para além da família no âmbito do PAV do NAFVD se conecta com a corrente teórica que Santos & Izumino (2005) chama de relacional, na qual há relativização da dominação masculina e da vitimação feminina. É possível notar a obliteração da discussão de género na sua dimensão organizacional (Connell & Pearse, 2015), que demanda a compreensão do sujeito que pratica a violência no âmbito das relações domésticas e familiares, e também enquanto sujeito social e político.

Não se deve olvidar que o poder produz sujeitos e regula os modos de subjetivação masculina (Almeida, 1996). Por isso, é necessário que esses sujeitos nas suas relações de género sejam captados a partir dos lugares de onde se constituem e onde estão, o que demanda que sejam considerados os “marcadores sociais que integram tensões e antagonismos nas categorias identitárias” (Gonçalves, 2017, p. 45”). É uma forma de alcançar as geografias locais e evitar que os marcadores que se conectam com o género não sejam lidos a priori (Mattos, 2012).

As análises efetuadas até aqui acrescentam e reforçam a literatura brasileira que tem marcado a necessidade de os PAV serem estruturados num quadro multidisciplinar e psicossocial (Gonçalves, 2017; Beiras et al., 2019), evitando-se que a violência seja discutida somente no campo subjetivo, ou seja, a partir de um ato concreto praticado por um sujeito contra outro, favorecendo o risco de patologização do sujeito e uma interpretação pretensamente neutra do comportamento (como se equivalente a violência pontual, entre estranhos, num contexto distinto do das relações de intimidade e sem distinção por ser a vítima do sexo feminino). Até mesmo porque a violência subjetiva é a “parte mais visível de um triunvirato que inclui dois tipos objetivos de violência”, a simbólica e a sistêmica (Zizek, 2014, p. 17)³³.

Um dos formatos psicossociais presentes nos PAV brasileiros tem sido o psicoeducativo de orientação reflexiva/responsabilizante, no qual há uma perspectiva política de trabalhar o poder e a naturalização da verticalização dos vínculos de gênero (Velooso & Natividade, 2013).

Os dados sugerem que os profissionais do PAV do NAFVD interpretam o programa como psicoeducativo, traduzindo-se numa presença recorrente nas entrevistas de expressões como: grupo reflexivo, reflexão, psicossocial, educação e psicoeducativo. Tal qual no que diz respeito a perspectiva teórica do PAV do NAFVD, é possível afirmar que a LMP, com seu viés expressamente multidisciplinar, tenha se constituído na imagem para construção desse modelo, cuja sedimentação foi operacionalizada pelas capacitações individuais e coletivas das equipes. No caso da metodologia psicoeducativa, parece que as capacitações com ONG que trabalham com HAV foram fundamentais nessa construção. De fato, se olharmos para as metodologias das ONG mencionadas nas entrevistas 1 e 8 (Noos e Albam³⁴), nota-se que seguem o modelo psicoeducativo (Acosta, Filho & Bronz, 2004; Acosta & Bronz, 2014). Contudo, as práticas profissionais descritas sugerem distanciamento desse modelo. As/os 7 informantes, provavelmente são informados (e influenciados) pela sua formação de base (6 psicólogas/os e 1 pedagoga/o) e/ou pela equipe (6 têm como parceira/o psicólogas/os; o/a informante 8 trabalha

³³ A violência simbólica é a “nossa casa do ser” e se processa por meio da linguagem, que reproduz de forma sutil um sistema injusto (Zizek, 2014, p. 17). É o que faz por exemplo não nos darmos conta do nosso sexismo e racismo estrutural. Já a sistêmica é consequência de um processo de acumulação decorrente de um sistema político e económico de exploração (Zizek, 2014), do qual a dominação das mulheres e outras minorias, como negros e pessoas LGBT, é uma das engrenagens (Federeci, 2017).

³⁴ O Albam é uma ONG que desenvolve grupos reflexivos com homens, conforme informações extraídas do sítio eletrônico, acessado em 10 de setembro de 2019:< <http://albam.org.br/quem-somos/>>.

com profissional do serviço social). Amado (2014) realça que programas que assentam a causa da violência numa questão patológica, estruturam sua equipe com profissionais da saúde mental, mas se a violência é compreendida a partir de causas complexas, o corpo técnico será interdisciplinar.

Em suma, recorrendo ao discurso da/o informante 5, “na prática, o NAFVD não tem contemplado nem o psicossocial nem o multidisciplinar”, sendo, na praxis um programa mais orientado para um formato “psi”, apesar de não poder ser considerado terapia, devido ao formato grupal e de curta duração, como bem adverte a/o informante 7:

“(…) não é uma psicoterapia, apesar de eu ser psicóloga (…) é um atendimento breve e tem um olhar pra questões de psicologia, sociais, fenómeno social e eu vejo até mais”.

Mais, o conceito de reeducação e a natureza psicossocial da intervenção realizada com os autores são ainda questões nebulosas para a equipe, conforme esclarecem as/os informantes 4 e 8:

“Ano passado eu usava essa coisa psicossocial como se representasse o trabalho do psicólogo junto com o assistente social e aí eu comecei a perceber a partir da fala de X que me fez refletir que a atuação psicossocial (…) diz respeito a atuação com aquele indivíduo nas questões sociais dele (…) um olhar sobre aquele indivíduo (…)”.

“A gente trabalha nessa nomenclatura de acompanhamento psicossocial, que é uma nomenclatura meio nebulosa até para gente assim”.

Estes discursos conduzem à existência dentro da equipa do NAFVD de uma identificação inconsistente da metodologia, o que abre brechas para que as práticas profissionais recorram a origem do serviço e/ou às bases teóricas da formação inicial dos/das profissionais. A hipótese que ganha contornos tornando-se mais clara indica que há nas práticas profissionais do PAV do NAFVD o peso de uma representação social hegemónica, em razão do apelo que faz à memória do grupo (Moscovici, 2015).

A atualização da origem “psi” do NAFVD é também instrumentada por memórias arraigadas na justiça, conforme nos alertam os/as informantes 5 e 7:

“(…) a gente ainda tem muito esse olhar, pelo menos do ponto de vista da linguagem, é um acompanhamento psicológico, então na fala de pesquisadores, nas falas de promotores ‘não a gente vai encaminhar para um atendimento psicológico’ (…)”.

“(...) o sistema de justiça não compreende bem o que se faz aqui (...) por exemplo a mulher que é esquizofrênica em crise foi encaminhada pro atendimento. Um outro caso também de risco de suicídio. Um cara na verdade parece que tentou suicídio dentro do fórum e aí a juíza pediu socorro ao NAFVD”.

A força dessa representação social é de tal ordem que o PAV do NAFVD, apesar da indignação implícita que no excerto anterior parece emergir, não hesita em reafirmar que se trata de um serviço psi quando é convocado a responder a racionalidade do sistema de justiça. Veja que a/o informante 7, ao ser questionada/o sobre o encaminhamento dado ao autor em risco de suicídio, diz que o PAV do NAFVD acabou por atendê-lo no formato individual e durante dois a três meses. O peso que a Justiça parece exercer nas práticas profissionais dos/das servidores/as, empurrando-as para se adequarem a representação originária do PAV do NAFVD pode ser identificada também no discurso da/o informante 1, que trouxe relato de atendimento individual de autor em quadro de “adoecimento paranóico” por quatro meses.

A análise até aqui efetuada permite sustentar que o saber da equipa orientado para a construção da natureza do serviço que presta é obliterado por uma representação hegemónica antiga e também tradicional, disseminada em instituições como a Justiça, a produzir uma prática profissional pouco uniforme. A questão que mais interessa aos estudos de género é: de onde viria a força motriz dessa representação hegemónica? A hipótese orientadora e motivadora deste estudo é que estaria na ordem de género, fomentadora que é das práticas sociais, por meio dos regimes de género (Connel & Pearse, 2015).

A ordem de género impõe verdades por meio de normas sociais ou de pressão de autoridades (dimensão estrutural) que são dinamizadas pelos regimes de género no plano da construção social (dimensão relacional) (Casaca, 2009). Na dimensão estrutural, temos as relações de poder incrustadas cultural e historicamente nas relações de género, pois a lei do status desigual dos géneros não desapareceu e busca a todo tempo esgarçar o contrato de igualdade trazido pela modernidade (Segato, 2003).

A ordem de género desigual atua nas instituições Justiça e poder executivo, ofuscando as novas representações sociais da equipa e conduzindo suas práticas a um modelo antigo, com menos ênfase ao paradigma da VD como violação de direitos humanos e problema social e público (Costa, 2011).

Dedico agora alguma atenção aos resultados que ilustram a imponência da ordem de género: a força do modelo reabilitador dentro do PAV do NAFVAD, a conter o potencial de trabalhar num espectro de prevenção mais alargado; e a existência efetiva do que a equipa

chama de um programa sem “coluna vertebral” (informantes 1, 4, 5, 6, 7 e 8)³⁵ fragilizando seu potencial preventivo.

O modelo reabilitador é aquele que, conquanto tenha incorporado rigor científico e participação do sujeito sobre o qual se deita a reação penal, na perspectiva de Direitos Humanos (Stock, 2018), está voltado para o indivíduo que pratica crime como forma de evitar que ele (aquele indivíduo) não reincida, vinculando o ato ao autor, eternizando-o no lugar de agressor e obstando a construção de vias outras de transformação (Beiras & Cantera, 2014), para além de valorizar pouco a prevenção geral como fim das penas, isto é, a sua capacidade dissuasora da motivação de outros (em geral) para infringirem a lei.

Um dos objetivos perseguidos pelo PAV do NAFVD é a responsabilização do autor, mas esta é interpretada como apropriação do ato, como está marcado na narrativa da/o informante 2:

“(...) a gente sempre avalia para cada um qual é a perspectiva dele em termos do porque ele está ali, respondendo aquele processo, se ele entende que é culpa da justiça, culpa da mulher, se é culpa dele. (...) quando a gente traça o plano de atendimento a gente busca avaliar se ele conseguiu fazer essa mudança de patamar e se ele conseguiu também levar para a prática dele de alguma forma, deixando de cometer violência ou uma mudança de comportamento. (...) se a gente pensa nessa perspectiva de responsabilização de mudança de comportamento então se espera que ele não vá cometer uma nova violência, mas não que o NAFVD tenha esse controle de acompanhar uma nova reincidência (...)”.

Há, por outro lado, reflexões sobre responsabilização como conceito ampliado, como as da/o informante 1:

“Então, assim, foi uma forma da gente ir ampliando porque se for só a responsabilização pelo ato violento, como eu acho que foi pensado no início, como a Lei prevê (...) é pensar em masculinidades de uma forma geral, não é necessariamente aquele fato daquele dia que você agrediu a sua mulher mas é o quanto você manifesta a sua masculinidade, se sente superior e com direitos de oprimir os outro a sua volta”.

³⁵ A expressão “coluna vertebral” é emprestada do discurso da/o informante 1 para se referir a ausência de estrutura única do serviço prestado, cujos reflexos seriam práticas não uniformizadas.

Outras/os informantes (4, 5, 6 e 7), conquanto não tão diretivas/os, também alargam a discussão da responsabilização para além dos atos de violência no âmbito familiar, chegando inclusive a demarcar o PAV do NFAVD como autonomo do sistema de justiça, por exemplo, a/o informante 4:

“com reflexão é a que gente leva à responsabilização. (...) nosso serviço auxilia o da Justiça, no sentido da gente tentar (...) favorecer a diminuição dos casos de violência contra as mulheres, tentar minimamente equilibrar um pouco mais as questões de género e ter mais equidade e tal”.

Por sua vez, o/a informante 5 traz um discurso que oscila entre responsabilização como apropriação do ato violento e como conceito ampliado, ou seja, como prevenção da violência contra as mulheres:

“a responsabilização tem a ver com isso, né, eu me assumir, eu assumir a responsabilidade diante daquela denúncia, sendo ela verdadeira ou não; (...) o objetivo geral dos NFAVDS é diminuir as violências contra as mulheres. (...) eu enxergo prevenção nos casos posteriores, de evitar a reincidência, com essa mulher ou outras mulheres. (...)”.

Aqui se demonstrou, com recurso aos discursos dos/das entrevistados/as, que existe dissonância ou inconsistência nas representações sociais, criando permeabilidade a ordem de género que impulsiona o PAV do NFAVD para o modelo de reabilitação, ainda que, mesmo dentro deste modelo, a atuação profissional, por meio das práticas, encete campos de resistência (Foucault, 1996; Nogueira, 2001).

Diante do que foi exposto, concluiu-se que nas representações de profissionais do PAV do NFAVD tem entrada um discurso punitivo (Amado, 2014), com foco no ato violento e na recidiva do autor, o que remete ao modelo de reabilitação. Por outro lado, das representações sociais dos profissionais também fazem parte concepções dos PAV como oportunidade onde o autor possa (re)pensar o género dentro e para além da VD praticada, “numa articulação positiva entre género e cidadania” (Amâncio, 2003, p. 699), na qual cabem reflexões relacionadas à desconstrução da identidade marcada pela cultura androcentrica, numa interação entre as masculinidades hegemónicas e a sua relação com as geografias locais (Almeida, 1996; Beiras & Cantera, 2014). Essa existência de representações polémicas (Moscovici, 2015) tem influência sobre práticas pouco uniformes, conforme exprime a/o informante 2 ao dizer: “eu não sei o que os colegas entendem como responsabilização, a gente conversava disso e não

ficava claro o que cada um trabalhava, eu tenho dificuldades, se a gente tá fazendo a mesma coisa.”

Para a/o informante 4, “falta definir exatamente o que é o NAFAVD, estabelecer “qual arcabouço teórico exatamente a gente tem”, porque embora exista “um alinhamento, uma base”, há necessidade de “caracterizar melhor e talvez deixar mais claro pra todos” qual é a “nossa linha condutora”. A informante 8 associa essa evidência ao fato de no Brasil a política para autores de violência doméstica contra a mulher ser incipiente: “eu acho que assim, é um serviço, esse atendimento de homens que não é muito padronizado no Brasil, né, então, já temos essa carência de diretrizes”.

Como alertam Beiras et al. (2019, p. 291), a “falta de uma política nacional específica para HAV impede a consolidação de ações nesse campo, constituindo-se em um problema desde a criação da Lei Maria da Penha e que persiste até a atualidade”.

Paradigmático é o fato de somente no ano de 2018, quinze anos após sua criação, ter sido apresentado seu manual de atuação, que, ainda pende de publicação. De acordo com a/o informante 7, a construção do manual era uma demanda antiga da equipa, “mas que a coisa não encaminhava”.

É possível deduzir que o PAV do NAFAVD sofre de contínua desinstitucionalização, o que o torna aberto a ingerências com potencial para descaracterizá-lo, tornando-se permeável. Analisando as raízes desta evidência, a/o informante 5 refere que o NAFAVD é um órgão que aborda um tema que “está em foco”, porém encontra-se vinculado a uma secretaria “sem força” [política e de definição programática]. A (aparente) falta de investimento político concretiza-se, entre outros aspetos, no que a/o informante 6 refere acerca de determinada unidade ter ficado sem telefone para convocar os autores. Mais, institucionalmente, os NAFAVDs não têm sede própria e ocupam espaços cedidos pelo sistema de justiça.

Essa desimportância da temática de género no âmbito do poder executivo local poderá ser interpretada como barreira à implementação da igualdade de género e prevenção da violência de género. Nas relações entre o Poder Executivo e os/as profissionais que aplicam o PAV do NAFAVD ganha espaço para ser atualizado um discurso de regulação, que busca energizar a cultura androcêntrica. Esta hipótese merece estudo autónomo mas resulta deste estudo com muita consistência.

A questão que procuramos responder no subcapítulo seguinte interroga de que modo atua a ordem de género? Sendo o PAV do NAFAV permeável, conforme se demonstrou, qual

é o processo de influência efetiva, concreta, sobre as práticas? Como é que a ordem de género penetra nas ações?

6.3 Ultrapassando obstáculos: ações transformadoras

O PAV do NAFVD foi criado a partir de modelo sensível ao discurso de género. Lembro, contudo, que na passagem para o contexto este modelo é sujeito a uma lógica relacional, entre estrutura social e ação individual, que se moldam (Grenfell, 2018). Há nessas interações um terreno de ação social transformativa influenciado pela subjetividade dos sujeitos e também pelos campos (Bourdieu, 2005), que se explicita no caso do PAV do NAFVD em ações em que os/as profissionais ultrapassam os obstáculos na aplicação do programa, revelando, por um lado, os domínios em que a influência de uma ordem de género androcêntrica se faz sentir e, por outro, os modos como a transformam.

Assim, se no subcapítulo 6.2 foi possível notar o PAV do NAFVD se movimentando no sentido de um perspectiva feminista pouco interseccional, influenciado por um ordem de género desigual é igualmente factível afirmar a existência de práticas profissionais, conquanto não articuladas entre si, que revelam tendência dos alguns atores/atrizes de, em seus cotidianos, historicizar género, poder e violência.

Na categoria denominada “partes envolvidas”, em específico na subcategoria referente à equipa, observo agência dos profissionais, com potencial transformador. Saliento duas ações em específico: as “sextas de equipe” e as capacitações individuais e coletivas (já identificadas supra como fatores que proporcionam análise reflexiva e conhecimento).

As “sextas de equipe” são reuniões onde os profissionais discutem, conforme nos explica a/o entrevistada 1, questões “técnicas com vivenciais”, gerando um lugar de “capacitação continuada”. Para a/o entrevistada/o 4, nas reuniões de equipa, profissionais com mestrado e doutorado na área de género, trazem ideias e discussões “do ponto de vista do género”, o que “afina um pouco melhor na medida do possível a nossa atuação”. Segundo a/o informante 8, “a gente corre atrás, a gente vai atrás da rede, a gente tenta ir dessa forma. A gente busca supervisões, a gente convida pessoas capacitadas em alguns serviços pra dar palestra pra gente, né, pra vir nas sextas-feiras quando a gente se encontra pra falar de algum assunto”. As sextas de equipa inclusive impulsionaram a elaboração do manual de atuação do PAV do NAFVD, a indicar práticas profissionais imbrincadas com uma atuação pautada pela responsabilidade social (Pinto, 2011).

As capacitações individuais, por sua vez, consistem na busca autónoma de formação na área dos estudos de género. Dos/as 9 informantes, 3 possuem mestrado e/ou doutorado na área de estudos de género. Um/uma menciona que seus “estudos em género contribuíram para articular o programa e ajudar a equipe” e “a estruturá-lo melhor”. Interessante é observar que é nas entrevistas desses/as informantes, que está (mais) presente uma perspetiva de género mais crítica, o que contribui para fortalecer a hipótese de que os estudos de género transformam práticas profissionais por via de uma análise crítica dos fins, objetivos e modos de implementação de programas como o PAV.

Quanto aos outros 6 informantes, 1 tem mestrado; 4 especializações e 1 é graduado/a (Anexo 6). No entanto, essas formações não são na área de estudos de género. A imersão desses profissionais nessa temática se deu por meio de capacitações coletivas promovidas pela própria equipe ou por iniciativa pessoal. A/O informante 7 informa que a primeira capacitação do PAV do NAFVD foi paga pela própria equipe e que, hoje, ela segue “buscando também por conta” (...) “lendo e procurando cursos” à distância.

A/O informante 8 refere que, depois de uma capacitação promovida em 2013 pelo poder executivo local, foi se capacitando por conta própria, “indo atrás mesmo”, destacando que com outros/as integrantes da equipa fizeram um curso com a ONG Albam definido por ele/a como marcante porquanto produziu aprofundamento nas questões da dimensão do poder nas relações de género.

Esses resultados encontram ressonância na pesquisa de Linhares & Pitanguy (2016), na qual foi documentado que os PAV em 9 capitais brasileiras não contam com ações institucionais e regulares de capacitação, mas com o “empenho pessoal” (p. 61) dos profissionais envolvidos. O prejuízo é que a política pública voltada para autores de violência contra mulheres se estrutura numa lógica de despolitização, com uso do conceito de género sem que seja levado em conta seu espectro simbólico, no qual estão a construção das masculinidades e sua relação na composição do género de maneiras distintas (Connel & Pearse, 2015). Como bem pondera Arilha (2010, p. 56) um dos caminhos possíveis para buscar transformações nas relações de género é um processo que vá além da discussão dos papéis sexuais, e que integre o “corpo no âmbito reprodutivo, considerando que os corpos reprodutivos são objeto e agentes que constroem práticas institucionais”.

Na categoria ‘técnicas de aplicação’, em específico na subcategoria encontros encontram-se as ações resistentes, com potencial de (re)construção do social pelas práticas profissionais (Sayão, 2003).

Conforme pontuei no subcapítulo 6.1, o PAV do NAFAVD dura aproximadamente 4 meses, onde são feitos em média 3 a 4 atendimentos individuais e 10 a 13 encontros grupais – apesar de o ideal ser um trabalho de seis meses no mínimo (Amado, 2014). O PAV do NAFAVD, no entanto, sofre pressão para redução de encontros, advindas do Poder executivo local e do sistema de justiça, conforme advertem as/os informantes 5 e 8:

“Já houve esse pedido de diminuir esse número de encontros para dar vazão à fila (...) esse pedido vem sempre de cima (...) existe essa pressão as vezes do judiciário, às vezes do Ministério Público. (...) eu acho que as vezes a gente é meio transgressora, mas aí eu vou falar por mim, né, então, tem uma vantagem da gente estar descentralizado, né, ao mesmo tempo em que a gente não tem apoio da gestão pela própria distância física, mas dá uma margem de liberdade, uma dialética (...)”.

“A gente não é cobrado objetivamente pela questão da lista de espera. Mas informalmente a gente é. Tanto pela gestão como por vocês, promotores. Porque as vezes, assim, eu entendo, né, tipo ‘olha, eu coloquei aqui como atenuante de pena, já saiu a pena dele e vocês não fizeram o NAFAVD, ou seja, perdeu todo o meu trabalho’ (...). Então, tem essa cobrança informal, mas a gente consegue por meio de um discurso técnico estabelecer pra gestão, pelo menos até agora temos conseguido, que não é possível a gente transformar isso numa tarde de reflexão, em 5 encontros, porque é toda uma cultura pra gente transformar”.

Os discursos permitem perceber que as práticas “transgressoras” dos/das profissionais do NAFAVD conseguem se manter por meio de um “discurso técnico” mas que visa a “sensibilização” das instituições totais. Alguns/mas profissionais na relação com as instituições sistema de justiça e executivo conseguem estabelecer um campo de força a partir do “discurso técnico”, dando assim uma indicação de que no campo da ação há poder para a construção de uma realidade social (Bourdieu, 2005). No entanto, nem sempre esse discurso técnico é acatado. É o que se dá com a questão do tempo. Parece haver um tempo do PAV do NAFAVD e um tempo da justiça, não coincidentes. O/A informante 8 menciona a existência desses dois tempos e propõe que sejam melhor coordenados, como forma de compor uma comunicação que seria “falha”. O discurso da/o informante 8 é corroborado pelo da/o 2:

“Por exemplo a minha maior dificuldade é com a vara de execução penal, que eles não entendem que a gente não consegue cumprir o que está exatamente no papel. Então vem para atendimento de um mês. E eles não conseguem entender que em um mês a

gente não vai conseguir atingir o objetivo do nosso programa. (...) A justiça fica presa num tempo. Se é três meses, se é um ano, o tempo, enfim, o que deve ser feito com aquele homem, qual a função dele estar ali, parece muito preso na quantidade de vezes, né, oito, sé é cinco, se é... enfim...”

Para a/o informante 1, o vínculo com o sistema de justiça não necessariamente resulta em diálogo, conduzindo-se a interrelação por uma lógica impositiva:

“a gente atuou demais no vínculo judiciário. Se tem que ter suspensão, não tem que ser e se vier suspensão da pena a gente diminuiu, e se vier atenuante a gente dá prioridade, eu acho que essas demandas da justiça, eu acho que faz parte da justiça demandar, mas eu acho que o NAFVD não se posiciona bem, então ele acaba se virando nos trinta para responder todas essas demandas. (...) então é por isso que a gente precisa de uma gestão pra tratar isso porque não é fácil não responder a uma demanda judicial, Então, assim, alguém precisa defender, né, comprar essa briga, vamos assim dizer, né”

A fala dos/as informantes indica práticas de fragilização do modelo coordenado em razão do peso oriundo da instituição Justiça, cujo capital simbólico favorece os discursos totalizadores (Nogueira, 2001). A solução para a compatibilização dos tempos do PAV do NAFVD e do sistema de justiça seria uma gestão técnica e forte, que, conforme restou assente ao longo das entrevistas, não tem sido priorizada nos últimos governos do DF.

Mais uma vez vem à tona a força das estruturas sobre o PAV do NAFVD, impelindo-o a se distanciar de um modelo teórico voltado para a igualdade de género. Mas como bem lembra Bourdieu (2005) na estrutura há também dualidade e é por tal razão que o PAV do NAFVD “ainda consegue mesmo na UTI fazer um trabalho diferente” (Informante 5).

CONCLUSÃO

Movida pela ideia de que os PAV pudessem ser “microcosmos do social” (Sayão, 2003, fl. 124), constituindo-se em espaços de alargamento das fronteiras entre feminino e masculino ou mesmo de interface e re(construção) da ordem de género desigual, busquei imergir na realidade de um PAV específico, do NAFVD. Já o conhecia a partir de relação institucional, que me colocou no lugar de pesquisadora que fazia parte de seu objeto científico e exigiu-me maior rigor e distanciamento para observá-lo do ponto de vista científico.

Deparei-me com um objeto em ação há mais de dezasseis anos, mas com poucas fontes

que pudessem delineá-lo. Havia no início da pesquisa (realidade que permanece) tão somente informações sobre seus objetivos no sítio eletrônico da então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos da Mulher do DF. Busquei, a partir de um quadro teórico dos estudos de gênero, problematizar esse objeto e compreendê-lo a partir dos sujeitos que o constroem por via das suas representações sociais e das suas práticas profissionais.

Minha hipótese orientadora assente na literatura dos estudos de gênero, na LMP e inspirada pelo conhecimento empírico sugeria que o PAV do NAFVD foi criado para fins de prevenção da violência de gênero, tendo-lhe sido definidos objetivos de contenção e redução dessa violência, que não são manifestados nas representações sociais e práticas profissionais, ficando permeável à influência de uma ordem de gênero, que se consolida e reproduz.

Esta hipótese orientadora da pesquisa empírica fica confirmada em parte.

A partir dos discursos (escritos) produzidos por 9 entrevistadas/os (comparados com modelo teórico construído a partir de revisão da literatura) (tabela 1), conclui que o PAV do NAFVD possui um modelo teórico assente numa perspectiva sensível ao discurso de gênero, se orienta para uma metodologia psicoeducativa e tem objetivos amplos (pouco diretivos). O acesso às representações sociais, às interpretações próprias, dando lugar a resignificações e redefinições de conceitos, e às práticas profissionais, foi feito a partir do discurso (oral, captado por meio de entrevistas semiestruturadas) de 7 servidores/as do Estado revelou um programa permeável à ordem de gênero, colocando em perigo os fins e os objetivos que visa alcançar, descaracterizando-se, portanto.

Por exemplo, quanto ao aporte teórico, ante a ausência de capacitações institucionais e continuadas, as relações de gênero tendem a ser entendidas parcelarmente, no quadrante dos papéis sociais, sem cruzamentos com outras gramáticas relacionais que interagem no contexto das relações de poder, como raça, classe, geração e sexualidade, empobrecendo desta forma a dimensão estrutural das relações de gênero (Connel & Pearse, 2015; Gomes, 2018).

Relativamente à metodologia, o caráter multidisciplinar do programa é desvirtuado pela presença preponderante de profissionais da psicologia (dos 9 informantes, 7 são psicólogos). Ainda que estes/as profissionais tenham noção da dimensão estrutural da VD contra a mulher, a sua formação de base nem sempre permite abarcar a complexidade dessa espécie de violência como fenómeno com as quatro dimensões do gênero: estrutural, relacional, emocional e simbólica (Connel & Pearse, 2015).

Os objetivos definidos para o programa, seja no pensamento (representação social), seja no campo da ação, apontam para um discurso punitivo, com atenção voltada ao ato violento

e na recidiva do autor, dentro do modelo de reabilitação. Conquanto a não reincidência seja indicador relevante para prevenção da VD, há outros indicadores de relações de poder mencionados pela literatura (ex. Dobash & Dobash, 2000; Scott, 2004; Babcock et al, 2004; Gondolf, 2011; 2012; Westmarland & Kelly, 2012) que podem não ter sido superados.

As técnicas de aplicação do programa, conquanto indiquem uniformidade, no que diz respeito à convocação dos autores, revelam longa espera, o que pode impactar indiretamente a prevenção à VD contra as mulheres, bem como percepção de ausência de eficiência do PAV e do sistema de justiça. Este é um tema que demanda aprofundamento.

Contudo concluo também que há um discurso de resistência, que busca friccionar os “discursos totalizadores” (Nogueira, 2001, p. 13) - os/as profissionais com formação na área dos estudos de género produzem saberes para que o PAV, de facto, seja uma ferramenta que respeita o seu modelo teórico.

Esse longo caminho, que ainda precisa ser percorrido não apaga, contudo, o PAV do NAFVD como espaço institucional com força e potência para provocar ou ao menos iniciar inversão na lógica masculina, normalmente dissociada de ritos de compartilhamento de sentimentos (Badinter, 1992) e marcada e reforçada por uma generalização do privado como lugar intocável e difícil de alcançar pelo Direito; e como programa que, integrado numa política pública sólida e coerente poderia cumprir o fim maior de prevenir a violência de género contra as mulheres, nas relações de intimidade.

BIBLIOGRAFIA

- Acosta, F., & Bronz, A. (2014). Desafios para o trabalho com homens em situação de violência com suas parceiras íntimas. Em E. (. Blay, *Feminismos e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 139-148). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Acosta, F., Filho, A. A., & Alan, B. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero - metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. Fonte: http://noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf
- Aguiar, L. H. (2009). Gênero e masculinidades: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. *Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasil.* Fonte: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8188/1/2009_LuizHenriqueMachadoAguiar.pdf
- Akoensi, T. D., Koehler, J. A., Lösel, F., & Humphreys, D. K. (2013). Domestic violence perpetrator programs in Europe, Part II: A systematic review of the state of evidence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57 (10), pp. 1206-1225.
- Almeida, M. V. (1996). Género, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário antropológico/95*, 161-189. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- Almeida, S. S. (2007). Essa violência mal-dita. Em S. S. Almeida, *Violência de gênero e políticas públicas* (pp. 23-41). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Amado, R. M. (2014). Os serviços de educação e responsabilização para homens e autores de violência contra as mulheres: uma análise de quadros interpretativos, modelos de intervenção e atores. *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Coimbra.
- Amado, R. M. (2017). O que fazer com os homens autores de violência contra as mulheres? Uma análise sobre os serviços destinados aos homens processados pela Lei Maria da Penha. Em A. Beiras, & M. Nascimento, *Homens e Violência contra as mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro* (pp. 216-238).
- Amâncio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. *Análise social*, XXXVIII (168),

pp. 687-714.

- Arilha, M. (2010). *Nações Unidas, população e gênero: homens em perspectiva*. Jundiaí: In House.
- Askeland, I. R., & Heir, T. (2013). Early dropout in men voluntarily undergoing treatment for intimate partner violence in Norway. *Violence and victims*, 28(5), pp. 822-831.
- Babcock, J. C., Green, C. E., & Robie, C. (2004). Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clinical psychology review*, 23(8), pp. 1023-1053.
- Badinter, E. (1992). *XY: sobre a identidade masculina* (2 ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bandeira, L. M. (Maio/Agosto de 2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29, pp. 449-469.
- Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. (Maio-Agosto de 2015). Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, 23 (2), pp. 501-517.
- Bandeira, L. M., & Amaral, M. (2017). Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feministas, gênero, raça/cor/etnia. *Revista Brasileira de sociologia*, 5 (11), pp. 48-85.
doi:<http://dx.doi.org/10.20336/rbs.22110.20336/rbs.221>
- Beiras, A. (2008). *Intervenções grupais com homens autores de violência: um enfoque sistêmico*. Especialização em Terapia Relacional Sistêmica , Familiar Instituto Sistêmico.
- Beiras, A. (2012). *La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas*. Tesis doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Psicologia Social, Barcelona.
- Beiras, A. (2014). *Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência doméstica contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. Fonte: <http://www.noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf>
- Beiras, A., & Cantera, L. M. (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra a mulher. Em E. A. Blay, *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência*

contra a mulher (pp. 29-44). São Paulo: Cultura acadêmica.

- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. d. (2019). Grupos reflexivos: notas sobre os desafios para a construção de responsabilização, redução de violência e efetividade de programas para homens autores de violência contra as mulheres. Em W. Pasinato, B. A. Machado, & T. P. Ávila, *Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher* (Fundação Escola; Marcial Pons Brasil ed., Vol. 6, pp. 275-298). Brasília.
- Beleza, T. P. (2004). Anjos e Monstros - A construção das relações de género no Direito Penal. *Ex aequo*, 10, pp. 29-40.
- Bourdieu, P. (2005). *Razões Práticas - Sobre a teoria da ação*. (7 ed.). (M. Corrêa, Trad.) São Paulo: Papirus.
- Brasil. (2006). Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
- Brasil. (2008). Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor. Fonte: <http://www.mulheresseguras.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf>.
- Brasil. (2018). *Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à tortura (MNPCT)*. Relatório Anual 2017.
- Brasil. (2018a). Decreto n. 9586, de 27 de novembro de 2018. *Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica*. Fonte: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/652275713/decreto-9586-18>
- Brum, E. (2014). *Meus desacontencimentos: a história da minha vida com palavras*. São Paulo: LeYa.
- Carmo, H. (2011). *Teoria da Política Social*. Lisboa: ISCSP.
- Casaca, S. F. (2009). Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho. *Working paper SOCIUS*, n. 4/2009. ISEG - UTL.
- Casaleiro, P. (2014). O poder do direito e o poder do feminismo: revisão crítica da proposta teórica de Carol Smart. *Ex aequo*, 29, pp. 39-53.
- Cerejo, D. (2017). Intervenção com Agressores em Portugal: características e caminhos de intervenção com agressores conjugais. Em S. Neves, & D. Costa, *Violências de género*

(pp. 283-315). Lisboa: ISCSP-CIEG.

Cerqueira, D. C., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., . . . Merian, F. (2018). *Atlas da Violência*. IPEA e FBSP, Rio de Janeiro. Fonte: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8398/1/Atlas%20da%20violência_2018.pdf

Connel, R. (2016). *Gênero em termos globais* (1 ed.). (M. Moschkovich, Trad.) São Paulo: nVersos.

Connel, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero, uma perspectiva global. Compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo* (3 ed.). (M. Moschkovich, Trad.) São Paulo: nVersos.

Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção de Belém do Pará. (1994). Fonte: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>

Costa, D. (2011). A intervenção em parceria na Violência Conjugal contra as mulheres: Um modelo inovador? *Tese de doutoramento*. Lisboa. Fonte: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1813>

Costa, D. (2017). Violência de Género, Igualdade e Direitos Humanos. Em D. C. Sofia Neves, *Violências de Género* (pp. 45-75). Lisboa: ISCSP-CIEG.

Costa, D., & Baptista, I. (2019). *Relatório de investigação realizada na Equipa Lisboa Penal 5 da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais*. Lisboa: ISCSP (documento policopiado).

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicado legal forum*, 1 (8), pp. 139-167. Fonte: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV.AA*, (pp. 7-16). Brasília: Unifem.

Day, A., Chung, D., & O'Leary, P. (2009). Programs for men who perpetrate domestic violence: an examination of the issues underlying the effectiveness of intervention programs. *Journal of Family Violence*, 24(3), pp. 203-212.

- Dias, I. (2015). *Sociologia da família e do género* (1 ed.). Lisboa: Pactor.
- Distrito Federal. (2014). *I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2014 - 2015*. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres - SEM/DF, Brasília. Fonte: <http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/I-Plano-Distrital-de-Políticas-para-as-Mulheres.pdf>
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (2000). Evaluating Criminal Justice: interventions for domestic violence. *Crime & Delinquency*, 46(2), pp. 252-270.
- Doise, W. (2002). Les représentations sociales: leçons du passé et défis d'aujourd'hui. *Information sur les sciences sociales*, 41(1), pp. 101-110. doi:<https://doi.org/10.1177/0539018402041001007>
- Feder, L., & Wilson, D. B. (2005). A meta-analytic review of court-mandated batterer intervention programs: Can courts affect abusers behavior? *Journal of experimental Criminology*, 1(2), pp. 239-262.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. (C. Sycorax, Trad.) São Paulo: Elefante.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder* (12 ed.). (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal.
- Gomes, C. M. (2018). Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 18 (1), pp. 65-82. doi:<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>
- Gonçalves, J. P. (2017). As contribuições da noção de interseccionalidade e dos estudos feministas pós-coloniais para o campo das intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. Em M. N. Adriano Beiras, *Homens e violência contra mulheres. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro*. (pp. 19-51). Rio de Janeiro: Instituto Noos .
- Gondolf, E. W. (2011). The weak evidence for batterer program alternatives. *Aggression and Violent Behavior*, 16 (4), pp. 347-353.
- Gondolf, E. W. (2012). *The future of batterer programs: reassessing evidence-based practice*. Boston: Northwestern University Press.
- Grenfell, M. (2018). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. (Vozes, Ed., & F. Ribeiro, Trad.) Petrópolis, RJ.

- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - sentidos e formas de uso* (1 ed.). Portugal: Principia.
- Hamilton, L., Koehler, J. A., & Friedrich, L. A. (2012). Domestic Violence Perpetrator Programs in Europe, Part I: A survey of current practice. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 57 (10), pp. 1189-1205. doi:<https://doi.org/10.1177/0306624X12469506>
- Harris, L., Powell, A., & Hamilton, G. (2017). *Alexis - Family Violence Response Model*. School of Global, Urban and Social Studies, RMIT University, Melbourne.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26 (1), 61-73.
- Jahnke, H.-R. (2011). *O conceito da compreensão na sociologia de Max Weber*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi:<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0749-8>
- Jodelet, D. (1984). Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie sociale. *Communication. Information Médias Théories*, 6 (2-3), pp. 14-41. Fonte: https://www.persee.fr/doc/comin_1189-3788_1984_num_6_2_1284
- Karmen, A. (2004). *Crime victims: an introduction to Victimology*. Canada: Thomson Wadsworth.
- Kaufmann, J.-C. (2013). *A entrevista compreensiva - um guia para pesquisa de campo* (3 ed.). (T. d. Abreu, & L. Florencio, Trads.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kelly, L., & Westmarland, N. (2015). *Domestic violence perpetrator programmes: Steps towards change*. Project Mirabal final report, Durham University, London Metropolitan University, Londres.
- Kelly, L., & Westmarland, N. (2015). *Domestic Violence Perpetrator Programmes: Steps Towards Change*. Project Mirabal Final Report, London Metropolitan University and Durham University, London and Durham.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos*(86), pp. 93-103.
- Lattanzio, F. F., & Barbosa, R. R. (2013). Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos de identidade, responsabilização e vias de abertura. Em P. V.

- Lopes, & F. Leite, *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* (1 ed., pp. 87-105). Rio de Janeiro: ISER.
- Lima, D. C., & Buchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21 (2), pp. 721-743. Acesso em 15 de agosto de 2019, disponível em <https://www.scielo.org/article/physis/2011.v21n2/721-743/pt/>
- Lima, D. C., Buchele, F., & Climaco, D. d. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e sociedade*, 17 (2), pp. 69-81. Acesso em 14 de agosto de 2019, disponível em https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-12902008000200008&script=sci_arttext&tlng=pt
- Linhares, L. B., & Pitanguy, J. (2016). *Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência*. Rio de Janeiro: CEPIA.
- Machado, B. A., & Agnello, P. R. (2017). Racionalidade penal e semânticas criminológicas na Lei Maria da Penha: o caso do sursis processual. *Revista Direito e Práxis [en linea]*, 8(3), pp. 1788-1832. Acesso em 2 de setembro de 2019, disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350952739003>
- Machado, L. Z. (2009). Onde não há igualdade. Em A. F. Moraes, & B. Sorj, *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira* (pp. 158-182). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Mackay, E., Gibson, A., Lam, H., & Beecham, D. (2015). *Perpetrator interventions in Australia: state of knowledge paper* (Vol. 2). Sidnei: Anrows.
- Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos da Mulher.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica* (5 ed.). São Paulo: Atlas S.A.
- Marques, C. G. (2009). Homens "autores de violência conjugal": modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. Em A. F. Moraes, & B. Sorj, *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira* (pp. 110-143). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher. (Tese de doutorado) Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho, Portugal.*

- Mattos, P. (2011). O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In *XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Grupo de trabalho Novas Sociologias: pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e queer*. Curitiba. Fonte: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php>.
- Mattos, P. (2012). As abordagens da "sociologia disposicional" e da "interseccionalidade": articulando uma proposta para os estudos de gênero. Em K. Bodemer, *Cultura, sociedad y democracia en América Latina* (pp. 251-270). España: Iberoamericana - Vervuert.
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. (M. L. Borges, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Monteiro, A. C. (2014). *Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá /DF*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília.
- Montenegro, M. (2015). *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica* (1 ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais - Investigações em psicologia social*. (11 ed.). (P. A. Guareschi, Trad.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Nações Unidas. (1979). Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. *Resolução n. 34/180, de 18 de dezembro de 1979, da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Fonte: <http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf>
- Nações Unidas. (1992). Recomendação geral n. 19 do Comitê para a eliminação da discriminação contra as mulheres. Fonte: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf>
- Nações Unidas. (1995). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim. Fonte: http://onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf
- Nações Unidas. (2012). Manual de legislación sobre la violencia contra la mujer. Nueva York: Naciones Unidas. Fonte: https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/12/unw_legislation-handbook_sp1%20pdf.pdf?la=es&vs=1839.

- Nações Unidas. (2013). La eliminación y prevención de todas las formas de violencia contra la mujer y la niña, 57.º periodo de sesiones. *Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer, New York, 4 a 5 de marzo de 2013*.
- Nogueira, C. (2001). A análise do discurso. Em L. Almeida, & E. Fernandes, *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP.
- OMS. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- Pasinato, W., Amaral Machado, B., & Pierobom de Ávila, T. (2019). Políticas Públicas de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Em W. Pasinato, B. Amaral Machado, & T. Pierobom de Ávila, *Políticas Públicas de prevenção à violência contra a mulher: Direito, Transdisciplinariedade & Pesquisas Sociojurídicas* (Vol. 6, pp. 1-24). Brasília: Fundação Escola; Marcial Pons.
- Paulino, M. (2016). *Forensic Psychology of Spousal Violence*. London : Elsevier.
- Pereira, P. P. (2015). Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea*, 5 (2), pp. 411-437.
- Pinon, N. (2019). *Uma furtiva lágrima*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- Pinto, C. (2011). *Representações e Práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. Em H. B. Almeida, & J. Szwako, *Diferenças, igualdades* (pp. 116-149). São Paulo: Berlendis & Vertecchia.
- Pitanguy, J., & Barsted, L. L. (2019). Grupos reflexivos: notas sobre os desafios para a construção de responsabilização, redução de violência e efetividade de programas para homens autores de violência contra as mulheres. Em W. Pasinato, B. A. Machado, & T. P. Ávila, *Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher* (Vol. 6, pp. 253-274). Brasília: Fundação Escola; Marcial Pons.
- Porto, M. S. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, pp. 250-273.
- Quijano, A. (2018). Colonialidade do poder e classificação social. Em B. d. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologias do Sul* (2 ed., pp. 73-116). Coimbra: Edições Almedina.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2017). *Manual de investigação em ciências sociais* (7 ed.). (J. M. Marques, M. Mendes, & M. Carvalho, Trans.) Lisboa: Gradiva.
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Saffioti, H. I. (2015). *Gênero patriarcado violência* (2 ed.). São Paulo: Expressão popular.
- Santos, C. M., & Izumino, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *EIAL (Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe da Universidade de Tel Aviv)*, 16 (1).
- Sayão, D. T. (2003). Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, 21 (1), pp. 121-149.
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em H. B. Olanda, *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp. 49-80). Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- Scott, K. L. (2004). Predictors of change among male batterers: Application of theories and review of empirical findings. *Trauma, Violence & Abuse*, 5 (3), pp. 260-284.
- Segato, R. L. (2003). *Las estructuras elementares de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, 18, pp. 106-131. Fonte: <http://eces.revues.org/1533>
- Silva, A. C. (2016). *Violência por parceiro íntimo: o acompanhamento ao homem autor da violência*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Soares, B. M. (2009). Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho? Em A. F. Moraes, & B. Sorj, *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira* (pp. 144-157). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Stock, B. S. (2018). *Violencia contra la mujer. Prevención. Programas de rehabilitación, análisis internacional*. Buenos Aires: BdeF.
- Tavares, M. (2011). *Feminismos: percursos e desafios*. Lisboa: Desafios.
- Toneli, M. J., Beiras, A., Climaco, D. d., & Lago, M. C. (2010). Por que pesquisar serviços

- destinados a homens autores de violência contra as mulheres? Em M. J. Toneli, M. C. Lago, A. Beiras, & D. d. Climaco, *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas* (pp. 11-24). Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Toneli, M. J., Lago, M. C., Beiras, A., Lodetti, A., & Clímaco, D. d. (2008). Programas de atenção a homens que cometem agressão contra mulheres: propostas latinoamericanas e estadunidenses - debates em torno a propostas feministas e judiciais. *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis.
- Torres, A. (2001). *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina* (1 ed.). Oeiras: Celta.
- United Nations. (2003). Resolution adopted by the General Assembly on 22 December 2003 on the report of the Third Committee (A/58/147). *Elimination of domestic violence against women*. Fonte: <https://undocs.org/en/A/RES/58/147>
- United Nations. (2007). Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2006 (A/RES/61/43). *Intensification of efforts to eliminate all forms of violence against women*. Fonte: <https://undocs.org/en/A/RES/61/143&Lang=E>
- Vala, J. (2002). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia social* (5 ed., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- Veloso, F. G., & Natividade, C. (2013). Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. Em P. V. Lopes, & F. Leite, *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* (pp. 45-64). Rio de Janeiro: Iser - Instituto de Estudos da Religião.
- Veloso, F. G., & Natividade, C. (2013). Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. Em P. V. Lopes, & F. Leite, *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* (1 ed., pp. 45-64). Rio de Janeiro: ISER.
- Vieira, S. G. (2016). *Lei Maria da Penha e gestão normalizadora da família: um estudo sobre a violência doméstica judicializada no Distrito Federal entre 2006 e 2012*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília.
- Westmarland, N., & Kelly, L. (April de 16 de 2012). Why extending measurements of 'sucess'

in domestica violence perpetrator programmes matters for social work. *British Journal of Social Work*, 43, 1092-1110. doi:10.1093/bjsw/bcs049

WHO. (2003). Intervening with Perpetrators of Intimate Partner Violence: A Global Perspective. *World Health Organization*. Fonte: file:///C:/Users/maria/OneDrive/Mestrado%20Portugal/PAV/OMS%202002%20Intervenções%20com%20PAV%20perspectivas%20globais.pdf

WHO. (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: Taking action and generating evidence*. (W. H. Medicine, Ed.) Geneva.

Zizek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. (M. S. Pereira, Trad.) São Paulo: Boitempo. (Jodelet, 1984; Santos & Izumino, 2005; Cerqueira, et al., 2018)

ANEXOS

1. Tabela organizadora do Guião utilizado como pré-teste

Problema do estudo	Descrição da objeto da pesquisa, Programa para autores de violência (PAV) do NAFAVD, por meio de entrevistas exploratórias em razão da insuficiências dos dados coletados a partir da revisão bibliográfica já feita
Questões de investigação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a estrutura e a metodologia do PAV? 2. Quais são os objetivos manifestos e latentes do PAV? 3. Dentre os objetivos estão evitar prática de comportamentos violentos? 4. Dentre os objetivos estão os listados no sítio eletrônico do NAFAVD a seguir listados: trabalhar a responsabilização pelas violências praticadas, propiciar reflexão e educação sobre o estereótipo de gênero e desigualdade entre homens e mulheres, conscientizar sobre a Lei Maria da Penha e os direitos humanos, refletir sobre a transformação de valores e práticas machistas, buscar alternativas não violentas para a resolução de conflitos? 5. O que seria responsabilização?
Entrevistadas	3 psicólogos/as que integram os quadros do NAFAVD
Prazo	15 dias
Logística	Entrevistas por meio de e-mail e se houver necessidade de complementação dos dados será realizada uma sessão de skype
Tempo de entrevista	Uma hora
Tópicos a avaliar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se os objetivos relatados são os descritos no sítio eletrônico do NAFAVD; 2. Se surgem outros objetivos, em especial o de evitar a reiteração da violência que não está descrito expressamente no sítio eletrônico do NAFAVD; 3. Se o PAV se destina à prevenção da violência ou à promoção de reflexões e transformações nas relações de gênero com homens autores de violência contra as mulheres ou poderia se caracterizar como misto.

2. Guião da entrevista estruturada autoadministrada (para os/as informantes privilegiadas/os)

As questões colocadas a seguir foram divididas em quatro blocos, explicados individualmente. Caso tenha alguma dúvida nas perguntas é recomendado que esclareça com a pesquisadora usando os contatos fornecidos anteriormente.

Bloco 1. Caracterização sociodemográfica

Neste bloco, buscar-se-á coletar informações que caracterizem os/as entrevistados/as, um conjunto de servidoras/os da Subsecretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, que desempenharam ou desempenham funções no PAV do NAFVD, selecionados/as de acordo com os seguintes critérios : i) capital profissional; ii) desempenho de cargos de chefia e coordenação do NAFVD; iii) experiência no atendimento, individual e grupal, a autores de violência contra as mulheres; iv) trajetória acadêmica na área dos estudos de género.

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada uma das questões e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
1.Qual a sua formação académica?	
2.Qual foi o ano e a sua forma de ingresso no NAFVD? Atualmente, se encontra lotado nos quadros do NAFVD?	
3.Qual é exatamente a designação do seu cargo? Qual a função que desempenha atualmente? Há quanto tempo está a exercer essa função? Já teve outras funções, ligadas direta ou indiretamente ao NAFVD? Já desempenhou ou desempenha funções de chefia ou coordenação? Descreva um pouco essas funções.	

Bloco 2. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD - Perspectiva teórica

Neste bloco, pretende-se caracterizar melhor o PAV do NAFAVD, a partir de sua perspectiva teórica, que não se encontra explicita a partir do sítio eletrônico onde constam informações sobre sua estrutura (Distrito Federal, 2017).

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada uma das questões</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
1.Qual é a perspectiva ou marco teórico do PAV do NAFAVD?	
2.Considera que houve mudança deste marco teórico ao longo de sua atuação profissional?	

Bloco 3. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD – Metodologia geral

Neste bloco, pretende-se caracterizar melhor o PAV do NAFAVD, a partir da metodologia utilizada, que não se encontra explicita a partir do sítio eletrónico onde constam informações do programa (Distrito Federal, 2017).

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada questão e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
1. Gostaria que descrevesse, de forma detalhada, a metodologia utilizada no programa para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher?	
2. Esta metodologia consta de algum documento ou manual de atuação? Se sim, refira qual e de que forma teve acesso ao mesmo. Se não, refira de que forma estabelece a metodologia na sua atuação profissional.	

Bloco 4. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD – Metodologia específica

Neste bloco, pretende-se continuar a caracterizar o PAV do NAFAVD, a partir da metodologia utilizada, agora de maneira pormenorizada e também porque não se encontra explícita a partir do sítio eletrónico onde constam informações do programa (Distrito Federal, 2017).

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada questão e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
1. Na metodologia que referiu no Bloco 3 (Questão 1) existe especificação da qualificação, sexo e número de profissionais que devem conduzir o PAV? Se sim, refira quais. Se não, refira como decide habitualmente quem conduz o PAV.	

<p>2.O programa prevê encontros individuais e grupais, como consta do sítio eletrónico da Secretária Adjunta de Desenvolvimento social (SEDESTMIDH) do Distrito Federal. <u>Quantos encontros individuais e grupais, são realizados, na prática em média?</u></p> <p>A segunda pergunta foi substituída porque foi observado que deixava os informantes confusos. Optou-se por fazer as seguintes perguntas: Quem (qualificação profissional e sexo) e quantos profissionais conduzem os encontros individuais e grupais? Quantos encontros individuais e grupais são, realizados, na prática, em média?</p>	
3.Qual a duração média dos encontros individuais (cálculo em tempo ou número de encontros)?	
4.Qual o número médio de participantes nos encontros em grupo?	
5.Qual a duração média dos encontros em grupo (cálculo em tempo ou número de encontros)?	
6.Os participantes do PAV são exclusivamente homens? O programa permite atendimento de autoras mulheres?	

7. Já houve algum caso prático de grupo com homens e mulheres autores/as? Gostaria de conhecer melhor essa experiência. Pode descrevê-la?	
8. Confirma também, tal qual consta do sítio eletrônico da SEDHSMIDH, que o tempo de duração do programa é de três meses?	
9. Qual a periodicidade do programa (quantos encontros por semana ou por mês)?	
10. Quanto às faltas do autor que adere ao programa: quantas faltas são admitidas? Qual a penalidade quando o limite de faltas é extrapolado? Esta penalidade está prevista previamente? Em que documento(s)? O autor tem esta informação? Quem mais tem essa informação?	
11. Quem (instituição) faz o encaminhamento dos autores? Qual a forma deste encaminhamento (ofício ou comparecimento pessoal ou outra forma)? Qual o momento processual (início, meio e fim) em que o autor é encaminhado?	
12. Na sua opinião seria importante ou teria alguma vantagem a definição do momento processual de encaminhamento do autor ao programa?	

13.Como é feita a convocação dos autores (por correio, telefone ou outro meio)?	
14.A vítima também é convocada para participar de um atendimento psicossocial paralelo? Há alguma diretiva para que esta convocação se dê de forma concomitante? A realidade local permite esta convocação simultânea?	
15.Pensando no programa no último ano (2017), qual foi o tempo de espera médio entre a data do encaminhamento e a vinculação do autor ao programa? Diria que houve dificuldades do serviço em atender a demanda de encaminhamentos do sistema de justiça no último ano (2017)?	
16.O Programa para autores de violência está integrado com serviços complementares da rede de atendimento? Os autores são encaminhados a esta rede quando necessário?	
17.Os profissionais que integram o PAV passam por capacitação profissional? Ela é contínua? Se sim, qual a periodicidade?	
18.Existe algum tipo de avaliação interna do PAV, ou seja, promovida pelo próprio programa?	

Bloco 5. Objetivos do PAV do NAFAVD

Neste bloco, pretende-se aferir a consistência entre os objetivos expressos, ou seja, que constam do sítio eletrónico (Distrito Federal, 2017) e os latentes, ou seja, derivados das práticas profissionais.

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada questão e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
1.A literatura sobre PAV (e.g. Beiras & Nascimento, 2017) utiliza o termo “responsabilização pelas violências praticadas”, que também está no sítio eletrónico do SEDESTMIDH. Qual é o seu entendimento sobre “responsabilização” pela violência praticada pelo autor?	
2.No seu entendimento, quais são os objetivos do PAV do NAFAVD?	
3.Os objetivos que descreveu na resposta anterior constam de algum documento? Se sim, qual? Se não, como chegou à sua identificação?	

<p>4.Considerando a sua experiência profissional, quais são as dificuldades para a consecução dos objetivos do acompanhamento? O que faz habitualmente para ultrapassar essas dificuldades? Analisando o sistema, quais considera serem as instituições que mais contribuem para essas dificuldades?</p>	
<p>5.Na sua opinião, as pesquisas científicas realizadas até ao momento sobre o PAV do NAFVD trouxeram contribuições relativamente aos objetivos do programa? Conhece essas pesquisas?</p> <p>Se sim, considera que as contribuições das pesquisas foram incorporadas? Quais e de que forma?</p>	

3. Guião da entrevista estruturada autoadministrada (para os/as informantes identificados/as a partir de um procedimento de amostragem em bola de neve)

As questões colocadas a seguir foram divididas em quatro blocos, explicados individualmente. Caso tenha alguma dúvida nas perguntas é recomendado que esclareça com a pesquisadora usando os contatos fornecidos anteriormente.

Bloco 1. Caracterização sociodemográfica

Neste bloco, buscar-se-á coletar informações que caracterizem os/as entrevistados/as, um conjunto de servidoras/os da Subsecretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, que desempenharam ou desempenham funções no PAV do NAFVD, selecionados/as de acordo com os seguintes critérios : i) capital profissional; ii) desempenho de cargos de chefia e coordenação do NAFVD; iii) experiência no atendimento, individual e grupal, a autores de violência contra as mulheres.

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada uma das questões e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
4.Qual a sua formação acadêmica?	
5.Qual foi o ano e a sua forma de ingresso no NAFVD? Atualmente, se encontra lotado nos quadros do NAFVD?	
6.Qual é exatamente a designação do seu cargo? Qual a função que desempenha atualmente? Há quanto tempo está a exercer essa função? Já teve outras funções, ligadas direta ou indiretamente ao NAFVD? Já desempenhou ou desempenha funções de chefia ou coordenação? Descreva um pouco essas funções.	

Bloco 2. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD - Perspectiva teórica

Neste bloco, pretende-se caracterizar melhor o PAV do NAFAVD, a partir de sua perspectiva teórica, que não se encontra explicita a partir do sítio eletrônico onde constam informações sobre sua estrutura (Distrito Federal, 2017).

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada uma das questões</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
3.Qual é a perspectiva teórica do PAV do NAFAVD?	
4.Considera que houve mudança desta perspectiva teórica ao longo de sua atuação profissional?	

Bloco 3. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD – Metodologia

Neste bloco, pretende-se caracterizar melhor o PAV do NAFAVD, a partir da metodologia utilizada, que não se encontra explicita a partir do sítio eletrónico onde constam informações do programa (Distrito Federal, 2017).

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada questão e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
3. Gostaria que descrevesse, de forma detalhada, a metodologia utilizada no programa para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher?	
4. Esta metodologia consta de algum documento ou manual de atuação? Se sim, refira qual e de que forma teve acesso ao mesmo. Se não, refira de que forma estabelece a metodologia na sua atuação profissional.	

Bloco 4. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD – Partes envolvidas e técnicas de aplicação

Neste bloco, pretende-se continuar a caracterizar o PAV do NAFAVD, a partir das partes envolvidas (autor da violência e equipa de atendimento), bem como das técnicas de aplicação do programa (encaminhamento, convocação, encontros e avaliação), uma vez que referidas informações não estão explícitas no sítio eletrónico onde constam informações do NAFAVD (Distrito Federal, 2017).

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada questão e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
19. Na metodologia que referiu no Bloco 3 (Questão 1) existe especificação da qualificação, sexo e número de profissionais que devem conduzir o PAV? Se sim, refira quais. Se não, refira como decide habitualmente quem conduz o PAV.	

20.O programa prevê encontros individuais e grupais, como consta do sítio eletrônico da Secretária Adjunta de Desenvolvimento social (SEDESTMIDH) do Distrito Federal. Quem (qualificação profissional e sexo) e quantos profissionais conduzem os encontros individuais e grupais? Quantos encontros individuais e grupais são, realizados, na prática, em média?	
21.Qual a duração média dos encontros individuais (cálculo em tempo ou número de encontros)?	
22.Qual o número médio de participantes nos encontros em grupo?	
23.Qual a duração média dos encontros em grupo (cálculo em tempo ou número de encontros)?	
24.Os participantes do PAV são exclusivamente homens? O programa permite atendimento de autoras mulheres?	
25.Já houve algum caso prático de grupo com homens e mulheres autores/as? Gostaria de conhecer melhor essa experiência. Pode descrevê-la?	

26.Confirma também, tal qual consta do sítio eletrónico da SEDHSMIDH, que o tempo de duração do programa é de três meses?	
27.Qual a peridiocidade do programa (quantos encontros por semana ou por mês)?	
28.Quanto às faltas do autor que adere ao programa: quantas faltas são admitidas? Qual a penalidade quando o limite de faltas é extrapolado? Esta penalidade está prevista previamente? Em que documento(s)? O autor tem esta informação? Quem mais tem essa informação?	
29.Quem (instituição) faz o encaminhamento dos autores? Qual a forma deste encaminhamento (ofício ou comparecimento pessoal ou outra forma)? Qual o momento processual (início, meio e fim) em que o autor é encaminhado?	
30.Na sua opinião seria importante ou teria alguma vantagem a definição do momento processual de encaminhamento do autor ao programa?	
31.Como é feita a convocação dos autores (por correio, telefone ou outro meio)?	
32.A vítima também é convocada para participar de um atendimento psicossocial paralelo? Há alguma diretiva para que esta convocação se dê de forma concomitante? A realidade local permite esta convocação simultânea?	

33.Pensando no programa no último ano (2017), qual foi o tempo de espera médio entre a data do encaminhamento e a vinculação do autor ao programa? Diria que houve dificuldades do serviço em atender a demanda de encaminhamentos do sistema de justiça no último ano (2017)?	
34.O Programa para autores de violência está integrado com serviços complementares da rede de antedimento? Os autores são encaminhados a esta rede quando necessário?	
35.Os profissionais que integram o PAV passam por capacitação profissional? Ela é contínua? Se sim, qual a periodicidade?	
36.Existe algum tipo de avaliação interna do PAV, ou seja, promovida pelo próprio programa?	

Bloco 5. Objetivos do PAV do NAFVD

Neste bloco, pretende-se aferir a consistência entre os objetivos expressos, ou seja, que constam do sítio eletrónico (Distrito Federal, 2017) e os latentes, ou seja, derivados das práticas profissionais.

Questões	Respostas
<i>Por favor, preencha cada questão e as subsequentes</i>	<i>Por favor, inclua dados e informações relevantes, quando disponíveis desenvolvendo um pouco as respostas com base na sua experiência</i>
6.A literatura sobre PAV (e.g. Beiras & Nascimento, 2017) utiliza o termo “responsabilização pelas violências praticadas”, que também está no sítio eletrónico do SEDESTMIDH. Qual é o seu entendimento sobre “responsabilização” pela violência praticada pelo autor?	
7.No seu entendimento, quais são os objetivos do PAV do NAFVD?	
8.Os objetivos que descreveu na resposta anterior constam de algum documento? Se sim, qual? Se não, como chegou à sua identificação?	

<p>9.Considerando a sua experiência profissional, quais são as dificuldades para a consecução dos objetivos do acompanhamento? O que faz habitualmente para ultrapassar essas dificuldades? Analisando o sistema, quais considera serem as instituições que mais contribuem para essas dificuldades?</p>	
<p>10.Na sua opinião, as pesquisas científicas realizadas até ao momento sobre o PAV do NAFVD trouxeram contribuições relativamente aos objetivos do programa? Conhece essas pesquisas?</p> <p>Se sim, considera que as contribuições das pesquisas foram incorporadas? Quais e de que forma?</p>	

4. Guião da entrevista semiestruturada (para as/os informantes privilegiadas/os)

Bloco 1. Caracterização sociodemográfica

Neste bloco, buscar-se-á aprofundar as informações que caracterizem os/as entrevistados/as, um conjunto de servidoras/os da Subsecretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, que desempenharam ou desempenham funções no PAV do NAFVD, selecionados/as de acordo com os seguintes critérios : i) capital profissional; ii) desempenho de cargos de chefia e coordenação do NAFVD; iii) experiência no atendimento, individual e grupal, a autores de violência contra as mulheres; iv) trajetória académica na área dos estudos de género.

Importante trazer relatos concretos que indiquem a existência da experiência do entrevistado no trabalho com PAV e com os estudos de género.

Bloco 2. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFVD - Perspectiva teórica

Neste bloco, pretende-se aprofundar a caracterização do PAV do NAFVD, a partir de sua perspectiva teórica, que não se encontra explícita no sítio eletrónico onde constam informações sobre sua estrutura (Distrito Federal, 2017).

Necessário clarificar que o que se busca aceder não é o marco legislativo ou programático do PAV, mas o seu marco teórico.

Importante aceder as representações sociais que moldaram o marco teórico. Captar se são representações que moldam o cotidiano ou se distanciam das práticas diárias. Os relatos de experiências da prática profissional serão necessários para examinar mudanças no marco teórico ou distância entre representações e práticas.

Bloco 3. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFVD – Metodologia

Neste bloco, pretende-se esclarecer os pontos da metodologia do PAV do NAFVD que no inquérito por questionário não foi possível aceder. Importante aceder as representações sociais que moldaram a metodologia. Captar se são representações que moldam o cotidiano ou se distanciam das práticas diárias. Os relatos de experiências da prática profissional serão necessários para examinar mudanças na metodologia ou distância entre representações e práticas.

Bloco 4. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFAVD – Partes envolvidas e técnicas de aplicação

Neste bloco, pretende-se colmatar informações do inquérito por questionário no que diz respeito as partes envolvidas (autor da violência e equipa do PAV) e as técnicas de aplicação do PAV (encaminhamento, convocação, encontros e avaliação do programa).

Bloco 5. Objetivos do PAV do NAFAVD

Neste bloco, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre os objetivos que estão expressos no sítio eletrónico (Distrito Federal, 2017) e os latentes, ou seja, derivados das práticas profissionais.

Importante compreender a construção destes objetivos e como na prática são perseguidos. Outrossim, necessário captar os modos e os recursos utilizados pelo entrevistado para ultrapassar as dificuldades na aplicação do PAV. Entender se são modos individuais ou coletivos e quais os tipos de recursos utilizados, por meio de relatos da experiência do entrevistado ou do relato de alguma experiência que tomou ciência.

5. Guião de entrevista semiestruturada (para as/os informantes a partir de um procedimento de amostragem em bola de neve)

Bloco 1. Caracterização sociodemográfica

Neste bloco, buscar-se-á aprofundar as informações que caracterizem os/as entrevistados/as, um conjunto de servidoras/os da Subsecretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, que desempenharam ou desempenham funções no PAV do NAFVD, selecionados/as de acordo com os seguintes critérios : i) capital profissional; ii) desempenho de cargos de chefia e coordenação do NAFVD; iii) experiência no atendimento, individual e grupal, a autores de violência contra as mulheres.

Importante trazer relatos concretos que indiquem a existência da experiência do entrevistado no trabalho com PAV.

Bloco 2. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFVD - Perspectiva teórica

Neste bloco, pretende-se aprofundar a caracterização do PAV do NAFVD, a partir de sua perspectiva teórica, que não se encontra explícita no sítio eletrônico onde constam informações sobre sua estrutura (Distrito Federal, 2017).

Necessário clarificar que o que se busca aceder não é o marco legislativo ou programático do PAV, mas o seu marco teórico.

Importante aceder as representações sociais que moldaram o marco teórico. Captar se são representações que moldam o cotidiano ou se distanciam das práticas diárias. Os relatos de experiências da prática profissional serão necessários para examinar mudanças no marco teórico ou distância entre representações e práticas.

Bloco 3. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFVD – Metodologia

Neste bloco, pretende-se esclarecer os pontos da metodologia do PAV do NAFVD que no inquérito por questionário não foi possível aceder. Importante aceder as representações sociais que moldaram a metodologia. Captar se são representações que moldam o cotidiano ou se distanciam das práticas diárias. Os relatos de experiências da prática profissional serão necessários para examinar mudanças na metodologia ou distância entre representações e

práticas.

Bloco 4. Caracterização do programa para autores de violência (PAV) doméstica e familiar contra a mulher do NAFVD – Partes envolvidas e técnicas de aplicação

Neste bloco, pretende-se colmatar informações do inquérito por questionário no que diz respeito as partes envolvidas (autor da violência e equipa do PAV) e as técnicas de aplicação do PAV (encaminhamento, convocação, encontros e avaliação do programa).

Bloco 5. Objetivos do PAV do NAFVD

Neste bloco, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre os objetivos que estão expressos no sítio eletrónico (Distrito Federal, 2017) e os latentes, ou seja, derivados das práticas profissionais.

Importante compreender a construção destes objetivos e como na prática são perseguidos. Outrossim, necessário captar os modos e os recursos utilizados pelo entrevistado para ultrapassar as dificuldades na aplicação do PAV. Entender se são modos individuais ou coletivos e quais os tipos de recursos utilizados, por meio de relatos da experiência do entrevistado ou do relato de alguma experiência que tomou ciência.

6. Tabela de caracterização dos/as informantes

Caracterização dos informantes			
Informantes	Formação académica	Forma de ingresso	Já desempenhou ou desempenha funções de chefia e/ou coordenação ¹
1	Psicóloga/o, com mestrado	Concurso público	Sim
2	Psicóloga/o, com mestrado e doutorado	Concurso público	Sim
3	Psicóloga/o, com mestrado e doutorado	Concurso público	Sim
4	Psicóloga/o, com especialização	Concurso público	Sim
5	Pedagogo/a, com especialização	Concurso público	Sim
6	Psicóloga/o	Concurso público	Sim
7	Psicóloga/o, com especialização	Concurso público	Sim
8	Psicóloga/o, com mestrado	Concurso público	Sim
9	Licenciatura em estudos sociais - habilitação em geografia, com especialização	Concurso público	Sim

* Não se especificou se o/a informante desempenhou cargo de chefia ou de coordenação pelos/as informantes a fim de preservar a privacidade de cada qual.